



**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA-AGO/AGE A SEREM REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 30 DE ABRIL DE 2021, ÀS 11 HORAS, DE FORMA EXCLUSIVAMENTE DIGITAL.**

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig.

Considerando:

- a) A necessidade de aprovar a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, bem como de encaminhar aos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020 e os respectivos documentos complementares;
- b) As Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 apresentou Lucro Líquido no montante de R\$2.864.110 mil;
- c) A recomposição do Conselho de Administração em razão de vacância;
- d) A oportunidade de eleger membro do Conselho Fiscal Suplente em razão de substituição;
- e) A necessidade de aprovar a remuneração global dos membros da administração, em conformidade com a legislação aplicável; e
- f) Que o Artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76 estabelece: *“O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos”*; e que em 31.12.2020, o Capital Social da Companhia era de R\$7.593.763 mil e a Reserva de Lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, alcançou o montante de R\$9.123.134 mil, excedendo o capital social em R\$1.529.371 mil; dessa forma, para atendimento à legislação, deve ser realizado aumento no Capital Social da Companhia, por meio de bonificação em ações, utilizando o saldo da conta de "Reserva de Retenção de Lucros"; um aumento do Capital Social de R\$764.686 mil, que representa um incremento de 10,07%, é suficiente para atender ao disposto na legislação vigente; o limite atualmente disponível na SEC para emissão de novos ADRs é de 26.174 mil. Considerando que a Companhia tem 227.670 mil de ADRs emitidos, é possível aumentar a quantidade de ADRs em 11,50%; aumentar o Capital Social de R\$7.593.763 mil para R\$8.466.810 mil, representa um incremento de 11.496899948%, com a emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (cinco) (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais; o novo Capital Social, de R\$8.466.810 mil, passará a ser composto por 566.036.634 ações ordinárias e 1.127.325.434 ações preferenciais, no total de 1.693.362.068 ações; conforme a legislação, as frações de ações remanescentes do aumento de capital devem ser vendidas em bolsa e o valor apurado deve ser distribuído, proporcionalmente, aos acionistas da Companhia; para efeitos de simplificação do processo de distribuição do valor apurado



com a venda das frações de ações, o pagamento pode ser realizado na mesma data em que ocorrer o dos dividendos obrigatórios complementares.

Propõe-se sejam encaminhadas as seguintes propostas:

1. Aprovar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados dos respectivos documentos complementares;
2. Aprovar a destinação do Lucro Líquido de 2020 no montante de R\$2.864.110 mil, do saldo de realização do custo atribuído de imobilizado no montante de R\$16.950 mil, do ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$211.640 mil, e da realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2019, no montante de R\$834.603 mil, conforme a seguir:

- R\$142.314 mil, sejam destinados para a constituição de Reserva Legal;
- R\$1.482.146 mil sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2021 e a segunda até 30 de dezembro de 2021, conforme segue:
  - R\$553.488 mil, declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 22.09.2020 e 23.12.2020; e
  - R\$928.658 mil, declarados como dividendos obrigatórios complementares, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R\$17.829 mil, sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes a ajustes nos incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene apurados em exercícios anteriores; e
- R\$1.450.411 mil, sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603 mil, considerando a reversão da reserva constituída em 2019 e a nova constituição de reserva em 2020 de mesmo valor.

3. Eleger os membros do Conselho de Administração em decorrência de vacância;
4. Eleger membro do Conselho Fiscal Suplente por substituição;
5. Aprovar a fixação da remuneração global dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria, no valor de até R\$23.259.187,88; e

6. (i) Aprovar o aumento do Capital Social de R\$7.593.763 mil para R\$8.466.810 mil com a emissão de 174.609.467 (cento e setenta e quatro milhões, seiscentos e nove mil e quatrocentos e sessenta e sete) novas ações, sendo 58.366.345 (cinquenta e oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil e trezentos e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma e 116.243.122 (cento e dezesseis milhões, duzentos e quarenta e três mil, cento e vinte e duas) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada uma, mediante a capitalização de R\$873.047.335 mil, provenientes da “Reserva de Retenção de Lucros”, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 11,496899948%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais); (ii) Aprovado o item (i) acima, autorizar a reforma do "caput" do artigo 4º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: “Art. 4º –O Capital Social da Sociedade é R\$8.466.810.340,00 (oito bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e dez mil e trezentos e quarenta reais), representado por: (a) 566.036.634 (quinhentos e sessenta e seis milhões, trinta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada uma; b) 1.127.325.434 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e cincomil, quatrocentos e trinta e quatro) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada uma.”; (iii) autorizar as seguintes medidas, a serem tomadas pela Diretoria Executiva, relativas à bonificação: (a) Atribuir uma bonificação de 11,4968999480%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais), aos acionistas proprietários de ações integrantes do capital, cujos nomes figurarem no livro de "Registro de Ações Nominativas" na data da realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a presente proposta; (b) Estabelecer que todas as ações resultantes da citada bonificação farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações que lhe deram origem, excluindo-se os proventos deliberados; (c) Vender em bolsa os números inteiros de ações nominativas resultantes da soma de frações remanescentes, decorrentes da aludida bonificação; e (d) Distribuir aos acionistas, proporcionalmente, o produto líquido da venda das frações na mesma data do pagamento da segunda parcela dos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, ou seja, até 30.12.2021.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

Márcio Luiz Simões Utsch

Afonso Henriques Moreira Santos

Cledorvino Belini

José João Abdalla Filho

José Reinaldo Magalhães

Marcelo Gasparino da Silva

Marco Aurélio Dumont Porto

Paulo Cesar de Souza e Silva

## **ÍNDICE DOS ANEXOS**

**Anexo 1 – Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2020  
(nos termos do Anexo 9-1-II, da Instrução CVM - 481/2009)**

**Anexo 2 – Orçamento de Capital**

**Anexo 3 – Informações indicadas no item 13 do FRE - Remuneração dos administradores – ICVM 481 – Artigo 12**

**Anexo 4 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras**

**Anexo 5 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO**

**Anexo 6 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência**

**Anexo 7 – Parecer dos Auditores Independentes**

**Anexo 8 – Aumento de Capital – ICVM 481 - Artigo 14 – Anexo 14**

**Anexo 9 – Reforma Estatutária – ICVM 481 – Artigo 11**

**Anexo 10 – Conselho de Administração – ICVM 481 – Artigo 10**

**Anexo 11 – Conselho Fiscal – ICVM 481 – Artigo 10**

**ANEXO 1 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2020 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2021**

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS  
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício está demonstrado a seguir:

	Controladora
	2020
<b>Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais</b>	
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	5.055.412
	<b>5.055.412</b>
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<b>505.541</b>
Valor do patrimônio líquido	17.472.666
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	11.629.806
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<b>348.894</b>
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	<b>505.541</b>
<b>Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício</b>	
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido do exercício	2.864.110
	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.432.055
Realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2019	(834.603)
Constituição de reserva de lucros a realizar de 2020	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	50.091
	<b>1.482.146</b>
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto	
Juros sobre o capital próprio	553.488
Dividendos ordinários	928.658
	<b>1.482.146</b>
<b>Total do dividendo para ações preferenciais</b>	<b>986.516</b>
<b>Total do dividendo para ações ordinárias</b>	<b>495.630</b>
Dividendos por valor unitário – R\$	
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	0,98
Dividendos propostos - ON	0,98
Dividendos propostos - PN	0,98



## ANEXO 1

### **Proposta de Destinação do Lucro Líquido (nos termos do Anexo 9-1-II, da Instrução CVM - 481/2009)**

1. Informar o lucro líquido do exercício.  
R\$2.864.110mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.  
Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$553.488.000,00, sendo R\$120.000.000,00 equivalente a R\$0,07904259285 por ação ordinária/preferencial, declarados em 22.09.2020, e R\$433.488.000,00 equivalente a R\$0,28553346242 por ação ordinária/preferencial, declarados em 23.12.2020.

Dividendos no valor de R\$928.658.000,00, equivalentes a R\$0,61169613495 por ação ordinária/preferencial, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO, ou seja, 30.04.2021.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.  
51,74%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.  
Não houve deliberação de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos - R\$ 310.540 mil para ações ON  
R\$ 618.118 mil para ações PN

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Dividendos no valor de R\$928.658.000,00, equivalentes a R\$0,61169613495 por ação ordinária/preferencial, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO (30.04.2021), a serem pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2021 e 50% até 30.12.2021.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.  
Não é prevista incidência de atualização.



d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Dividendos - Data da realização da AGO, ou seja, 30.04.2021.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados. Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$553.488.000,00, sendo R\$120.000.000,00 equivalente a R\$0,07904259285 por ação ordinária/preferencial, declarados em 22.09.2020, e R\$433.488.000,00 equivalente a R\$0,28553346242 por ação ordinária/preferencial, declarados em 23.12.2020.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos. Serão pagos em duas parcelas iguais: 50% até 30.06.2021 e 50% até 30.12.2021.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício	2020	2019	2018	2017
Lucro Líquido / ações ON (R\$)	1,89	2,14	1,17	0,37
Lucro Líquido / ações PN (R\$)	1,89	2,14	1,17	0,84

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2019	2018	2017
Dividendos (R\$)	0,25	0,45	0,53
JCP (R\$)	0,27	0,14	0,00
Total (R\$)	0,52	0,59	0,53





OBS.: Em 2017, o valor para as ações ordinárias foi de R\$0,03 e para as ações preferenciais foi de R\$0,50 e, em 2018 e 2019 os valores por ação são os mesmos tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.  
R\$142.314 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Dividendos mínimos:

10% sobre o valor nominal das ações preferenciais ou 3% sobre a participação das ações preferenciais no Patrimônio Líquido, dos dois o maior. Obs.: No caso de deliberação de distribuição de dividendos superiores ao mínimo, prevalece o maior.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.  
Não Aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

R\$ 505.541 mil para ações PN.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Ações PN – R\$0,52 por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.  
50% do Lucro Líquido.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.





Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

R\$834.603 mil

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Em 2020, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$2.704.326, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

R\$1.450.411 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Ver anexo 2

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva.

R\$17.829 mil.

b. Explicar a natureza da destinação.

Referente aos incentivos fiscais obtidos nos exercícios anteriores em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

## ANEXO 2

### ORÇAMENTO DE CAPITAL

#### PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM ABRIL DE 2021

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2021, da proposta de Orçamento de Capital Consolidado para o exercício de 2021, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$1.450.411 mil da Retenção de lucros do exercício de 2020.

#### **Investimentos planejados para 2021**

Sistema elétrico de distribuição	611.093
Sistema elétrico de subtransmissão	1.128.143
Sistema elétrico de geração	131.000
Sistema elétrico de transmissão	209.200
Aportes em controladas e coligadas	196.468
Infraestrutura e Outros	267.667
	<hr/>
	2.543.571

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria – CR

## Anexo 3

### Informações indicadas no item 13 do FRE - Remuneração administradores – ICVM 481 – Artigo 12

13.1

#### **(a) Objetivos da política ou prática de remuneração**

O principal objetivo da política de remuneração de Diretores Executivos do Grupo Cemig é estabelecer diretrizes a serem observadas para a remuneração fixa e variável dos membros das Diretorias Executivas da Cemig e de suas subsidiárias integrais ou controladas, em conformidade com os Estatutos Sociais dessas empresas, tendo como base a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual.

O montante global ou individual da remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria é anualmente fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação aplicável. A Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprova os critérios para pagamento dos honorários.

Para fins de remuneração em folha de pagamento do Conselho de Administração, não há diferenciação de pagamento por participação em comitês.

#### **(b) Composição da remuneração, indicando**

##### **Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

###### Diretoria Executiva - Estatutária

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprova os critérios para pagamento de honorários da Diretoria Executiva, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, sendo que a última assembleia realizada em 31 de julho de 2020 manteve os valores dos honorários mensais do Diretor Presidente e demais Diretores, anteriormente praticados, bem como os demais itens.

O montante destinado à Remuneração Fixa (RF) e à Remuneração Variável (RVA) é abrangido pela Verba Global Anual para Remuneração, estabelecida em Assembleia Geral Ordinária – AGO, em conformidade com a legislação societária.

A Remuneração Fixa (RF) compreende os pagamentos em espécie cujo objetivo é a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

A Remuneração Variável (RVA) é a bonificação ou recompensa a Diretores Executivos condicionada ao desempenho e à entrega de resultados mensuráveis de um determinado período de tempo e que conduz ao sucesso da Companhia. Seu valor deverá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em Contratos de Metas determinados pelo Conselho de Administração.

Os Diretores também possuem direito a uma licença anual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias e de forma não cumulativa, durante a qual possuem direito a uma remuneração equivalente à sua remuneração mensal acrescida de um terço.

A Companhia concede a seus Diretores os seguintes benefícios diretos: (i) mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, valor equivalente aos vales refeição estabelecidos para os empregados em Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês subsequente, na forma eletrônica, com base na coparticipação

conforme as faixas salariais; (ii) inscrição em apólice do seguro de vida em grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia; (iii) cobertura de plano de saúde e plano odontológico, de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia (no caso de dependentes especiais, o valor é custeado totalmente pelo Diretor). Além disso, a Companhia concede aos Diretores a participação em plano de previdência privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Diretor e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

Outros componentes da remuneração dos Diretores são uma gratificação anual no valor do salário mensal, pagamentos referentes às licenças remuneradas e recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS") sobre os valores dos honorários e bônus recebidos, que a Companhia concede a seus Diretores, por liberalidade.

O salário ou pró-labore da Diretoria visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições extraordinárias à empresa, sendo estabelecido a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades e do valor de seus serviços no mercado.

A concessão de benefícios diretos tem por finalidade tornar mais atraente o pacote de remuneração, complementando os honorários e os benefícios legais dos Diretores, funcionando como uma ferramenta de estratégia motivacional em relação aos Administradores, uma vez que sobre o valor pago não incidirão os encargos sociais que tanto oneram a contratação.

#### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração dividida em uma parte fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma parte variável, composta por valor equivalente a participações em reuniões.

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia, aprova os critérios para pagamento de honorários do Conselho de Administração, inclusive benefícios de qualquer natureza, sendo que a última assembleia realizada em 31 de julho de 2020 manteve os valores dos honorários mensais dos Conselheiros, anteriormente praticados, bem como os demais itens.

Os membros do Conselho de Administração recebem 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal estipulada, sendo o restante dividido em jetons a serem pagos aos Conselheiros presentes à(s) reunião(ões). No caso de haver mais de uma reunião no mês, o jeton será dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas; no caso de não haver reunião no mês, o Conselheiro receberá o montante total da remuneração mensal.

Como benefícios diretos, a Companhia oferece aos membros do Conselho de Administração, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, o reembolso das despesas de locomoção e estada (dentro do território nacional), necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor-Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, um valor estipulado por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho de Administração a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia, bem como a participação em Plano de Previdência Privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Conselheiro e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

A remuneração fixa e outros componentes da remuneração visam a recompensar os membros do Conselho de Administração pelo tempo dedicado ao desempenho de suas funções e por suas contribuições à empresa,

estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando, também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros, por parte do presidente do Conselho de Administração.

A remuneração por participação em reuniões objetiva motivar o comparecimento dos membros às reuniões convocadas, contribuindo para uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções.

### Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem apenas uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos.

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia, aprova os critérios para pagamento de honorários do Conselho Fiscal, inclusive benefícios de qualquer natureza, sendo que a última assembleia realizada em 31 de julho de 2020 manteve os valores dos honorários mensais dos Conselheiros Fiscais Efetivos e Suplentes, anteriormente praticados, bem como os demais itens.

A Companhia também oferece, como benefícios diretos aos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, reembolso das despesas com estada e locomoção (dentro do território nacional), entre o município onde está localizada a residência do Conselheiro Fiscal e aquele da sede social da Companhia, necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, ou quando convidados pelo Diretor - Presidente para reunião da Companhia, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, um valor estipulado, por deslocamento. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho Fiscal a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

O salário ou pró-labore dos membros do Conselho Fiscal visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

Os benefícios diretos objetivam custear despesas com locomoção e alimentação dos membros do Conselho Fiscal residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, além de proporcionar a opção pela a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo.

### Comitês do Conselho de Administração

Os Comitês do Conselho de Administração são formados apenas por membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração, não existindo qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, de adicional pago pela participação nas reuniões desses Comitês.

### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração e execução das demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir. O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

O montante global ou individual da remuneração do Comitê de Auditoria é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação aplicável.

Na última Assembleia Geral Ordinária da Companhia, de 31/07/2020, foi estabelecido que a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria fosse mantida, conforme valores anteriormente praticados, excluídos os benefícios na forma da lei. Os membros do Conselho de Administração que compuserem cumulativamente o Comitê de Auditoria perceberão exclusivamente a remuneração deste último.

A Companhia concede aos membros do Comitê de Auditoria a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

### **Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total 2020 (\*)**

#### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	76,56%
Benefícios Diretos	1,56%
Outros	0%
Remuneração por Participação em Reuniões	19,14%
Participação nos Resultados	0,00%
Pós Emprego	2,74%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	46,72%
Benefícios Diretos	11,05%
Outros	0%
Participação nos Resultados	30,39%
Pós Emprego	11,85%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

#### Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	97,47%
Benefícios Diretos	2,53%
Outros	0%



(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

### Comitê de Auditoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	98,43%
Benefícios Diretos	1,57%
Outros	0%

(\*) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

## **2019**

### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	64,04%
Benefícios Diretos	1,39%
Outros	16,01%
Remuneração por Participação em Reuniões	16,01%
Participação nos Resultados	0,00%
Pós Emprego	2,56%

\* "Outros" referem-se a INSS.

### Diretoria

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	32,09%
Benefícios Diretos	10,84%
Outros	21,92%
Participação nos Resultados	27,69%
Pós Emprego	7,46%

\* "Outros" referem-se a INSS e FGTS.

### Conselho Fiscal

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	81,63%
Benefícios Diretos	2,05%
Outros	16,33%

\* "Outros" referem-se a INSS.

## **2018**

### Conselho de Administração

<b>Elemento</b>	<b>Percentual na Remuneração Total</b>
Salário ou Pró-Labore	63,27%
Benefícios Diretos	1,42%

Outros	15,82%
Remuneração por Participação em Reuniões	15,82%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	3,67%

\* "Outros" referem-se a INSS.

#### Diretoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	43,64%
Benefícios Diretos	8,81%
Outros	19,54%
Participação nos Resultados	19,16%
Pós Emprego	8,86%

\* "Outros" referem-se a INSS e FGTS.

#### Conselho Fiscal

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	81,58%
Benefícios Diretos	2,11%
Outros	16,32%

\* "Outros" referem-se a INSS.

#### **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são estabelecidos em Assembleia Geral.

Não há metodologia de reajuste estabelecida para a remuneração paga pela Companhia aos seus Administradores.

#### **Razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração e suas correções justificam-se única e exclusivamente em razão de proposta do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária anuais.

#### **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros das Diretorias, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados pela Companhia. Os membros dos Comitês do Conselho de Administração não recebem remuneração adicional porque já são remunerados como membros do Conselho de Administração.

**(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

O Conselho de Administração definiu uma cesta com os seguintes indicadores corporativos, associados a metas especificadas, que traduzem suas expectativas para o negócio:

- Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor – DEC
- Lucro Líquido Consolidado da Companhia
- LAJIDA Consolidado da Companhia
- Cumprimento do PMSO orçado
- Prudência nos Investimentos de Distribuição
- % de cobertura tarifária da Cemig D (IRCO)

**(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração variável (RVA) dos Administradores está atrelada aos indicadores de resultado da Companhia. A RVA paga aos Diretores está condicionada ao alcance de metas corporativas individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração consoante à estratégia da Companhia.

**(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo. Além disso, a Companhia tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da Companhia, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida/LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida/ (Patrimônio Líquido+ Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, atrelados ao Lucro Líquido Consolidado e cumprimento do PMSO orçado. Neste caso, os resultados da Companhia durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador membro da Diretoria.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado do elemento consistência no atendimento de metas corporativas relativas aos principais indicadores, destacado o indicador Prudência nos Investimentos de Distribuição, que tem como objetivo avaliar e diagnosticar os investimentos da Companhia, além de definir e coordenar a implantação de alterações nos processos internos, a fim de assegurar o atendimento aos critérios de prudência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) frente à regulação vigente e futura.

Esse atendimento à meta corporativa demonstra a cautela da Companhia em gerir seus investimentos com segurança e perspicácia, visando a cada ciclo tarifário, a melhoria da qualidade do serviço com os recursos estipulados pela reguladora, atrelando a remuneração dos administradores a esse indicador financeiro/estratégico.

**(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por controladas da Companhia, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, em função do exercício do cargo na própria Companhia.

**(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

**(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;
- Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e,
- Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A fixação da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é deliberada em Assembleia Geral de Acionistas.

## 13.2

### Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 – Valores Anuais

2021	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros <sup>1</sup>	9,00	7,00	10,00	26,00
Número de Membros Remunerados	9,00	7,00	10,00	26,00
<b>Remuneração fixa anual (em R\$) <sup>2</sup></b>				
Salário ou pró-labore	1.826.181,12	5.844.000,00	1.482.544,80	9.152.725,92
Benefícios direto e indireto	35.593,56	1.171.157,26	39.548,40	1.246.299,22
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável (em R\$) <sup>3</sup></b>				
Bônus	-	3.664.000,00	-	3.664.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	456.545,28	-	-	456.545,28
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós Emprego (em R\$)	267.268,85	1.316.621,49	-	1.583.890,34
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo Opções)	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>2.585.588,81</b>	<b>11.995.778,75</b>	<b>1.522.093,20</b>	<b>16.103.460,76</b>
Observação	1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, sendo remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.	1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente.  2) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2020. Para 2021, com alteração no valor do Seguro de Vida e	1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente.  2) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2020. Para 2021, com	-

	<p>2) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração das últimas atas AGO/AGE de 2020. Para 2021, com alteração no valor do Seguro de Vida e dos honorários a ser proposto em AGO é previsto aumento no valor do salário ou pró-labore e dos benefícios direto e indireto.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p> <p>4) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.</p>	<p>dos honorários a ser proposto em AGO é previsto aumento no valor do salário ou pró-labore e dos benefícios direto e indireto.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença.</p> <p>4) Previsão de Bônus considerou meta máxima, referente Bônus 2021 a ser pago em 2022.</p> <p>5) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.</p>	<p>alteração no valor do Seguro de Vida e dos honorários a ser proposto em AGO é previsto aumento no valor salário ou pró-labore e dos benefícios direto e indireto.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p> <p>4) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.</p>	
--	--	--	---	--



## Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2020 – Valores Anuais 2020

2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros <sup>1</sup>	8,08	7,00	9,25	24,33
Número de Membros Remunerados	8,00	7,00	9,25	24,25
<b>Remuneração fixa anual (em R\$)</b>				
Salário ou pró-labore	1.535.773,84	5.632.866,67	1.375.472,15	8.544.112,66
Benefícios direto e indireto	31.262,04	1.331.945,19	35.756,98	1.398.964,21
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável (em R\$) <sup>2</sup></b>				
Bônus	-	3.664.000,00	-	3.664.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	383.943,46	-	-	383.943,46
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós Emprego (em R\$)	55.064,63	1.428.861,33	-	1.483.925,96
Cessaçã o do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo Opções)	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>2.006.043,97</b>	<b>12.057.673,19</b>	<b>1.411.229,13</b>	<b>15.474.946,29</b>
Observação	<p>1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente, sendo remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.</p> <p>2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p>	<p>1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente.</p> <p>2) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença.</p>	<p>1) O número de Membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão, apurado mensalmente.</p> <p>2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p> <p>3) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.</p>	-

	3) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.	3) Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.		
		4) Bônus considerado meta máxima, referente Bônus 2020 a ser pago em 2021.		

### Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2019 – Valores Anuais

2019	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros <sup>1</sup>	10,67	6,67	9,83	-
Número de Membros Remunerados <sup>1</sup>	8,50	6,67	9,83	-
<u>Remuneração Fixa Anual (em R\$) <sup>2</sup></u>				
Salário ou pró-labore	1.629.536,79	5.405.100,05	1.460.581,18	8.495.218,02
Benefícios direto e indireto	35.382,87	1.825.852,20	36.659,68	1.897.894,75
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	325.907,35	3.692.718,75	292.115,91	4.310.742,01
Descrição de outras remunerações fixas	INSS patronal.	INSS patronal e FGTS.	INSS patronal	-
<u>Remuneração Variável (em R\$) <sup>3</sup></u>				
Bônus	-	4.663.349,23	-	4.663.349,23
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	407.384,20	-	-	407.384,20
Comissões	-	-	-	-
Outros	81.476,84	-	-	81.476,84
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS patronal.	-	-	-
Pós Emprego	65.067,94	1.256.015,35	-	1.321.083,29
Cessaçã o do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações (incluindo Opções)	-	-	-	-
<b>Total da Remuneração (em R\$)</b>	<b>2.544.755,99</b>	<b>16.843.035,58</b>	<b>1.789.356,77</b>	<b>21.177.148,34</b>

Observação	<p>1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>2) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2019 com o previsto referem-se a exonerações em 2019 e diminuição no quadro de membros.</p> <p>3) Membros titulares remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.</p> <p>4) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p>	<p>1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>2) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2019 com o previsto referem-se a exonerações em 2019 e diminuição no quadro de membros.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença.</p> <p>4) Pagamento de Bônus considerou meta efetivamente apurada para 2018 e pagamento de Bônus proporcional a Diretores exonerados em 2018.</p>	<p>1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>2) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2019 com o previsto referem-se a exonerações em 2019.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p>	-
------------	---	--	--	---

## Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais

2018	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros <sup>1</sup>	19,00	11,00	9,00	
Número de Membros Remunerados <sup>1</sup>	17,00	11,00	9,00	
<b>Remuneração Fixa Anual (em R\$) <sup>2</sup></b>				
Salário ou pró-labore	2.994.419,05	8.323.992,82	1.272.499,63	
Benefícios direto e indireto	66.976,61	1.680.573,33	32.841,50	
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	
Outros	598.883,73	3.727.114,63	254.499,87	
Descrição de outras remunerações fixas	INSS patronal	INSS patronal e FGTS	INSS patronal e FGTS	
<b>Remuneração Variável (em R\$) <sup>3</sup></b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	
Participação de resultados	0,00	3.654.718,14	0,00	
Participação em reuniões	748.604,76	0,00	0,00	
Comissões	0,00	0,00	0,00	
Outros	149.720,93	0,00	0,00	
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS e contribuição empresa.	-	-	
Pós Emprego	173.845,57	1.689.609,67	0,00	
Cessaçã o do Cargo	0,00	0,00	0,00	
Baseada em Ações (incluindo Opções)	0,00	0,00	0,00	
<b>Total da Remuneração (em R\$)</b>	<b>4.732.450,65</b>	<b>19.076.008,59</b>	<b>1.559.841,00</b>	<b>25.368.300,24</b>
Observação	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2018 com o previsto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2018, conforme AGO/AGE de 30/04/2018, com consequente elevação dos recolhimentos com INSS. Houveram ainda, exonerações em 2018.</p> <p>2) Número total de membros conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2018, sendo titulares e suplentes</p>	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2018 com o previsto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2018, conforme AGO/AGE de 30/04/2018, com consequente elevação dos encargos sociais.</p> <p>2) Número de membros considerando o total de Diretorias.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e</p>	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2018 com o previsto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2018, conforme AGO/AGE de 30/04/2018, com consequente elevação dos encargos sociais.</p> <p>2) Número de membros foi calculado através da média</p>	-

	<p>remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões. Exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos.</p> <p>3) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>4) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida.</p> <p>5) O número 17 membros remunerados equivalem ao total de membros do Conselho de Administração (9 membros efetivos e 9 membros suplentes) excluindo-se o Diretor Presidente, que, conforme previsto na AGO e AGE realizadas no dia 30/04/2018, é remunerado apenas pelo cargo de Diretor Executivo e o um conselheiro que passou a acumular como Membro do Comitê de Auditoria, sendo remunerado apenas pelo último a partir de 06/2018.</p>	<p>pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença. Para 2019, com alteração no valor do Seguro de Vida é previsto aumento no valor dos benefícios direto e indireto.</p> <p>4) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente</p>	<p>anual do número de membros apurado mensalmente.</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida. Para 2018, com alteração no valor do Seguro de Vida é previsto aumento no valor dos benefícios direto e indireto.</p>	
--	--	--	---	--

## 13.3

<b>Remuneração variável prevista – Exercício Social Corrente em 31.12.2021</b>				
	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros Total	9,00	7,00	10,00	26,00
Número de Membros Remunerados	9,00	7,00	10,00	26,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	1.832.000,00	-	1.832.000,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	3.664.000,00	-	3.664.000,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	3.664.000,00	-	3.664.000,00
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Observação	-	Ainda não foram definidos os critérios para o pagamento do Bônus 2021, sendo assim, foram mantidos os cálculos do total de Bônus pago em 2020.  Previsão de Bônus referente 2021 a ser pago em 2022.	-	-

**Remuneração variável – Exercício Social Encerrado em 31.12.2020**

	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número Total de Membros	9,00	7,00	10,00	30,00
Número de Membros Remunerados	9,00	7,00	10,00	30,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	1.832.000,00	-	1.832.000,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	3.664.000,00	-	3.664.000,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas I	-	3.664.000,00	-	3.664.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas (valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social)	-	-	-	-
Observação	-	Bônus considerado, referente 2020 a ser pago em 2021.	-	-



**Remuneração variável – Exercício Social Encerrado em 31.12.2019**

	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número Total de Membros	10,67	6,67	9,83	27,17
Número de Membros Remunerados	8,50	6,67	9,83	25,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	2.613.666,67	-	2.613.666,67
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	5.227.333,33	-	5.227.333,33
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas I	-	5.227.333,33	-	5.227.333,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	4.663.349,23	-	4.663.349,23
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas (valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social)	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-

**Remuneração variável prevista – Exercício Social Corrente em 31.12.2018**

	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros Total	19,00	11,00	9,00	39,00
Número de Membros Remunerados	17,00	11,00	9,00	37,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	-	-	-
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	-	2.133.375,00	-	2.133.375,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	-	4.266.750,00	-	4.266.750,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas (valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social)	-	4.266.750,00	-	4.266.750,00
Observação	-	A PLR 2018 tem previsão de pagamento ainda no primeiro semestre de 2019. Aguarda-se definição quanto aos critérios de pagamento da PLR de 2018.  Considerado na previsão o pagamento de PLR 2018 aos Diretores exonerados em 2019.	-	-

#### 13.4

A Companhia não adota plano de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva baseado em ações.

13.5

Não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.6

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8

Não aplicável, pois não há plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

<b>CEMIG</b>		<b>31 de dezembro de 2020</b>	
	<b>Quantidade de ações ON</b>	<b>Quantidade de ações PN</b>	
<b>Conselho de Administração</b>	0	38.323	
<b>Diretoria</b>	10.313	22.860	
<b>Conselho Fiscal</b>	0	20.822	
<b>Total</b>	10.313	82.005	



## 13.10

<b>Planos de previdência</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Nº de membros	2,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	11,00
Nome do plano	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	447.607,17	5.480.890,23
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	161.561,34	1.249.898,75
Condições de resgate	Desligamento do patrocinador e opção pelo instituto do resgate	Desligamento do patrocinador e opção pelo instituto do resgate
Possibilidade de resgate e condições	0 (opção pelo resgate)	2 (opção pelo resgate)

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	8,08	7,00	9,25
Número de membros remunerados	8,00	7,00	9,25
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	309.828,44	1.603.847,19	152.998,07
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	250.919,24	1.243.492,41	135.610,16
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	272.615,82	1.459.109,92	168.555,68

A fim de evitar distorções, o valor da média, da menor remuneração e da maior remuneração anual individual dos órgãos foi apurado com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a remuneração não contempla os gastos referentes a encargos sociais.

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	9,00	7,00	10,00
Número de membros remunerados	7,00	7,00	10,00
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	325.750,45	1.911.826,60	201.402,06
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	267.161,18	1.527.377,26	146.712,56
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	304.865,24	1.786.812,29	169.023,14

O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses. Número total de membros do Conselho de Administração conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 25/03/2019, sendo titulares e suplentes remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões (exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos).

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Número de membros	19,00	11,00	9,00
Número de membros remunerados	17,00	11,00	9,00
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	321.416,02	1.944.154,85	191.839,93
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	193.927,34	1.286.759,72	140.656,62

Valor médio de remuneração individual (em R\$)	278.048,07	1.477.520,62	164.839,32
---	------------	--------------	------------

O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses. Número total de membros do Conselho de Administração conforme Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas no dia 30/04/2018, sendo titulares e suplentes remunerados por 80% parcela fixa mais 20% parcela proporcional à participação em reuniões (exceto os que exercem cargos de Diretores Executivos).

---

### 13.12

Há previsão de pagamento de indenização correspondente a 40% do saldo de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) em caso de exoneração de Diretores. Fazem jus a esta multa, tendo em vista seu caráter indenizatório, apenas aqueles Diretores que forem exonerados do cargo, por decisão da Companhia, antes do vencimento do mandato.

A Companhia efetua os depósitos de FGTS para seus Diretores e, considerando o entendimento jurídico constante do Parecer JR-1809/2002 de 13/12/2002, a multa é aplicada sobre os depósitos efetuados durante o mandato de Diretor. Este direito é estendido aos Diretores não empregados em atenção ao princípio constitucional da isonomia.

Além do seguro de vida, a Companhia não possui outras apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores, se destituídos dos seus cargos ou aposentados.

## 13.13

Os percentuais da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, para os 3 últimos exercícios sociais, foram:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Diretoria .....</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Conselho Administração .....</b>	81,56	91,39	97,02
<b>Conselho Fiscal .....</b>	78,45	79,71	71,05

13.14

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

<b>Exercício Social</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>2020</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2019</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2018</b> .....	0,00	0,00	0,00	0,00

13.15

Não há remuneração suportada por controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e controladas que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, em função do exercício do cargo na própria Companhia.

**Exercício social de 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:**

(Em reais – R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-

**Exercício social de 2019 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:**

(Em reais – R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-

**Exercício social de 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:**

(Em reais – R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-

13.16

Adicionalmente às informações prestadas nos itens 13.1 a 13.15 deste Formulário de Referência e observando as recomendações do Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, a Cemig informa a seguir os gastos previstos e realizados referentes aos encargos sociais (INSS e FGTS), ou seja, o montante referente às obrigações da Companhia, como empregadora:

**Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 – Valores Anuais**

	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Encargos Sociais	456.545,28	2.904.657,76	296.508,96	3.657.712,00

**Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2020 – Valores Anuais**

	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Encargos Sociais	383.943,45	3.051.875,48	275.094,10	3.710.913,03



## **Anexo 4**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2020 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 26-03-2021. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2020, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 26-03-2021, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2021.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

## Anexo 5

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a seguinte proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 2021, referente à destinação do Lucro Líquido de 2020, no montante de R\$2.864.110 mil, do saldo de realização do custo atribuído de imobilizado, no montante de R\$16.950 mil, do ajuste de exercícios anteriores, no montante de R\$211.640 mil, e da realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2019, no montante de R\$834.603 mil: a) R\$142.314 mil sejam destinados para constituição de Reserva Legal; b) R\$1.482.146 mil sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2021 e a segunda até 30 de dezembro de 2021, conforme segue: i) R\$553.488 mil, declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 22-09-2020 e 23-12-2020; ii) R\$928.658 mil, declarados como dividendos obrigatórios complementares, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO; c) R\$17.829 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referentes a ajustes nos incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene apurados em exercícios anteriores; e, d) R\$1.450.411 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603 mil, considerando a reversão da reserva constituída em 2019 e a nova constituição de reserva em 2020 de mesmo valor. Após analisarem atentamente a aludida proposta e os esclarecimentos e justificativas apresentadas pela Administração da Companhia e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

## Anexo 6

### 10.1

#### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Certamente o ano de 2020 ficará marcado na história pela sua singularidade, onde a sociedade teve que lidar com os efeitos de uma pandemia de impacto mundial, com reflexos significativos no comportamento e vida das pessoas e impactos também relevantes no ambiente econômico e social.

Constituímos, em março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução da pandemia, com efeitos abrangentes, complexos e sistêmicos. Foram tomadas diversas medidas para proteção do caixa, como o contingenciamento de investimentos e despesas, postergação no pagamento de dividendos e renegociação de créditos a receber com os clientes.

Uma de nossas grandes prioridades foi garantir a segurança e saúde dos nossos colaboradores por meio de uma série de ações, entre elas a adoção do home-office para parcela representativa da nossa força de trabalho e protocolos de segurança em conformidade as orientações dos órgãos de saúde para as nossas equipes de campo. Infelizmente, tivemos colaboradores vítimas da pandemia, que são perdas irreparáveis, motivo de muito pesar e de nossa solidariedade para com as respectivas famílias. Continuamos firmes no nosso propósito de que o respeito a vida é um bem inegociável da CEMIG.

Tínhamos como missão viabilizar o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade durante a pandemia, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos. Conseguimos em 2020 atingir o melhor DEC da nossa história, de 9,6 horas, índice que mede a duração das interrupções, uma melhoria de 9,4% em relação ao ano anterior.

E nesse ambiente desafiador, a CEMIG mais uma vez provou a sua resiliência e sustentabilidade das suas operações também na dimensão financeira.

Nosso perfil de empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, nos traz solidez, redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos, proporcionando maior estabilidade nos resultados.

Mesmo considerando a retração da atividade econômica, com o fechamento e/ou funcionamento parcial do comércio e indústria durante boa parte do ano, encerramos 2020 com lucro de R\$2.864 milhões e um Lajida de R\$5.694 milhões (crescimento de 29,64% em relação a 2019).

Continuamos em uma trajetória positiva de redução do nosso endividamento, sendo que fechamos o ano com uma relação dívida líquida/Lajida ajustado de 1,3 vez, resultado que demonstra a solidez da nossa posição financeira e capacidade de geração de caixa.

Esses resultados e avanços da CEMIG foram reconhecidos pelas agências de rating. Em 2020, mesmo considerando os efeitos e incertezas de pandemia, tivemos melhoria das nossas notas de crédito pela Fitch e Moodys e, em janeiro de 2021, a Standard & Poors elevou em dois níveis na escala global a nossa nota, de “B” para “BB-”, e de “A+” para “AA+” na escala nacional brasileira, um significativo aumento de três níveis.

Continuamos na busca contínua de melhoria operacional e redução de custos, sendo que nesse ano conseguimos pela primeira vez, no negócio de distribuição, termos as nossas despesas operacionais em níveis inferiores ao limite regulatório estabelecido pela Aneel para cobertura tarifária. Um resultado que deve ser comemorado e que nos traz ainda mais motivação para continuarmos nos empenhando nos próximos anos para aumentar nossas margens operacionais, através da redução das perdas não técnicas e da inadimplência, com aumento das inspeções e cortes, e outras medidas de efficientização, o que nos permitirá também atingir um Lajida superior ao referencial regulatório no futuro próximo.

No negócio de transmissão, tivemos êxito no processo de revisão tarifária, com a homologação dos nossos investimentos e o reconhecimento da CEMIG como uma das empresas mais eficientes do setor, na comparação dos nossos custos operacionais com as demais empresas de transmissão.

Em função da retração da atividade industrial e comercial, tivemos um maior impacto da pandemia em nosso negócio de comercialização de energia, com a utilização da flexibilidade nos contratos pelos nossos grandes clientes, o que afetou a rentabilidade nesse negócio. Esses impactos foram temporários e já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis esperados em nosso planejamento.

Investimos próximo a R\$2 bilhões em 2020 nos segmentos de distribuição, geração, transmissão de energia elétrica e distribuição de gás natural e temos um programa de investimentos robusto para os próximos anos em nossos principais negócios, destacando-se a distribuição, onde pretendemos investir nos próximos 5 anos valores próximos a R\$12 bilhões. Esses investimentos expressivos permitirão um melhor atendimento aos clientes de Minas Gerais, com aumento da base de remuneração regulatória e geração de maior receita, além de redução das despesas com operação e manutenção dos ativos.

Dando continuidade ao nosso programa de desinvestimento, no início de 2021, alienamos nossa participação remanescente na Light, com a entrada de R\$1.372 milhões em nosso caixa, melhorando a nossa liquidez e capacidade financeira para executar o nosso programa de investimentos.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade, sendo a empresa que mais investe em cultura no Estado. Estamos presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Mesmo ainda convivendo com os efeitos da pandemia, esperamos que já em 2021 o Brasil apresentará sinais de recuperação econômica, o que certamente trará impactos positivos para os nossos negócios.

A administração, corpo gerencial e a qualificada força de trabalho da Companhia estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas. Estamos otimistas em relação ao futuro da CEMIG.

Na preparação para esse futuro, concluímos a revisão do nosso planejamento estratégico no início de 2021, com o objetivo de “focar para vencer”, com priorização dos negócios regulados de geração, transmissão e distribuição onde temos o controle, buscando a liderança na satisfação do cliente, segurança e de níveis ótimos de eficiência, através de uma gestão moderna e sustentável.

Adicionalmente, iniciamos em 2020 o desenvolvimento de um projeto de cultura organizacional, reforçando e potencializando os nossos valores corporativos e comportamentos esperados, de forma convergente aos nossos princípios éticos, em um ambiente mais harmônico e produtivo.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da CEMIG como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

### **(b) Estrutura de capital**

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2020, por um endividamento bruto de R\$15.021 milhões, sendo 14% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 86% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento bruto era de R\$14.776 milhões, sendo 19% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 81% representado por dívidas de longo prazo e em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto era de R\$14.772 milhões, sendo 15% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 85% representado por dívidas de longo prazo.

Para subsidiar a análise desses números, deve-se considerar que a CEMIG GT tem reduzido sua dívida sistematicamente com as amortizações ocorridas ao longo dos anos, mas teve seu volume impactado pela variação cambial que afetou diretamente o saldo do *Eurobond*. A CEMIG D alongou seu cronograma de amortizações com o reperfilamento da dívida implementado ao final de 2017 e a 7ª emissão de debêntures em julho de 2019. Houve também, em 2019, a consolidação das dívidas de Parajuru e Volta do Rio (que passaram a ser subsidiárias integrais da CEMIG GT), compensando amortizações de dívidas da CEMIG D e da CEMIG GT. Além disso, em setembro de 2020, a Gasmig concluiu a sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$850 milhões, em série única, com prazo de 11 anos e atualização monetária pelo IPCA acrescido de juros remuneratórios de 5,27% ao ano.

Estrutura de capital:

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida Líquida (DL)	Patrimônio Líquido (PL)	PL+DL (Capitalização)	DL/ (PL+DL)
2018	13.069	15.939	29.008	44,8%
2019	13.487	15.891	29.378	45,5%
2020	9.212	17.477	26.689	34,5%

Os Diretores da Companhia destacam que o aumento no Patrimônio Líquido verificado entre os anos de 2019 e 2020 se deve ao aumento da reserva de lucros retidos e a dívida líquida reduziu em função de um caixa mais robusto na CEMIG D enquanto que, se comparado 2019 com 2018, a alteração do Patrimônio Líquido foi insignificante. A dívida bruta vem reduzindo constantemente devido às amortizações ocorridas em cada empresa como parte de sua política de redução da alavancagem.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida na relação entre o endividamento líquido e o Patrimônio Líquido. Outra forma de demonstrar o endividamento é por meio da estrutura de capital, proporção entre capitais

próprios e de terceiros. A tabela abaixo demonstra o nível de alavancagem e a estrutura de capital da Companhia, medido por meio dos indicadores (Dívida Líquida / Patrimônio Líquido) e (Patrimônio Líquido / Total do Passivo, sendo: Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures – (Disponibilidades + TVM) e Total do Passivo = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido, apurados com base no Balanço Patrimonial Consolidado, comportaram-se da seguinte forma:

Estrutura de Capital	2020	2019	2018
1. Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	53%	85%	82%
2. Patrimônio Líquido / Total do Passivo (Passivo + PL)	32%	32%	27%

Os Diretores da Companhia entendem que os indicadores demonstrados na tabela acima têm se situado em níveis adequados ao longo dos períodos analisados. O primeiro indicador demonstra que o endividamento líquido da Companhia no exercício social de 2020 representou 53% do Patrimônio Líquido (84% em 2019 e 81% em 2018). O segundo indicador demonstra que para cada R\$1 aplicado na Companhia no exercício 2020, 32% era procedente de recursos do acionista (32% em 2019 e 27% em 2018).

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Valores em R\$ milhões

Ano	LAJIDA (CVM 527/2012)	Saldo de caixa + TVM	Dívida líquida	Dívida líquida/ LAJIDA
2018	3.781	1.703	13.069	3,46
2019	4.376	1.289	13.487	3,08
2020	5.694	5.805	9.212	1,62

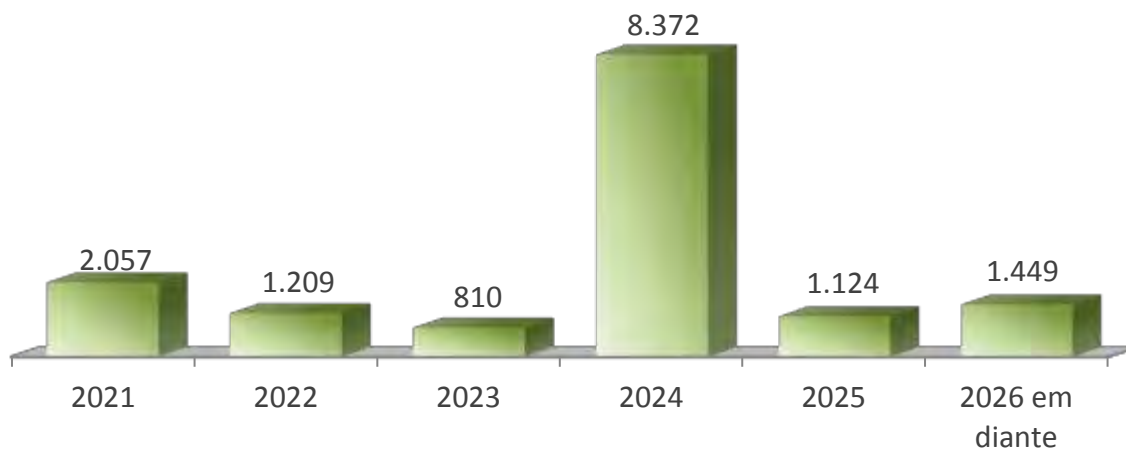
Os Diretores da Companhia destacam que a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA aumentou 30,1% em 2020 comparado com 2019 devido ao maior resultado decorrente das atividades operacionais da Companhia, destacando-se o negócio de distribuição de energia, além do melhor resultado com equivalência patrimonial em 2020. Já em 2019 comparado com 2018, aumentou 15,7%, ressaltado que a revisão tarifária de 2018 ocorrida na CEMIG D teve os seus efeitos somente a partir de junho de 2018, ou seja, os efeitos da revisão passaram a ser incorporados ao resultado.

A variação na dívida líquida na comparação de 2020 com 2019 decorre do esforço de redução do endividamento implementado pela Companhia e também maior geração de caixa, decorrente, sobretudo, dos valores recebidos em 2020 referente a conta Covid, de R\$1.404 milhões, e dos valores levantados de depósitos judiciais referente a ação do Pasesp/Cofins sobre o ICMS, no valor de R\$1.383 milhões. Adicionalmente, em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos do Pasesp/Cofins sobre o ICMS. Já na comparação de 2019 com 2018, houve uma pequena elevação, devido ao saldo dos *Eurobonds*, que sofreu com a variação cambial e à emissão da Nota Promissória de R\$850 milhões por parte da Gasmig para pagamento do bônus de outorga. O indicador dívida líquida/LAJIDA de 2020 indica que 1,62 ano de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, inferior ao de 2019, o qual indicava que 3,08 anos seriam necessários enquanto que em 2018 era de 3,46 anos. Estas variações decorrem, principalmente, dos aumentos do LAJIDA ocorridos em 2018 e 2019 e 2020. Estes índices são constantemente acompanhados pela

Administração em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$15.021 milhões, encontra-se bem alongada, com 27% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 3,8 anos:

**Cronograma de Amortizações da Dívida**  
**Posicionamento em dezembro/2020 (R\$ milhões)**



O cronograma de amortizações da dívida reflete as operações de reperfilamento realizadas no exercício findo em 2017 na CEMIG GT e na CEMIG D, bem como o alongamento ocorrido na CEMIG D em 2019 e Gasmig em 2020. A Companhia tem boas perspectivas de continuar refinanciando sua dívida de curto prazo por meio de operações de mais longo prazo.

Portanto, os Diretores entendem que há plenas condições da Companhia continuar refinanciando estas dívidas, uma vez que tem sido bem-sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para fazer jus a seus investimentos ou para refinanciar sua dívida. Além disso, a liberação de R\$ 1,4 bilhão em depósitos judiciais ocorrida em fevereiro de 2020 e o depósito de R\$ 1,4 bilhão da Conta Covid na CEMIG D ocorrida a partir de julho de 2020 melhorou a liquidez da companhia para honrar seus compromissos de curto prazo.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 9.690 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$7.965 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 23.437 milhões em 31 de dezembro de 2018. Tais variações decorrem da Companhia, no ano de 2018, ter classificado os ativos e passivos ligados destinados à alienação da Light e das controladas em conjunto, LightGer, Axxion, Amazônia, Guanhões e UHE Itaocara. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos, dividendos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões títulos tanto no mercado local quanto no internacional e pela contratação de financiamentos de longo prazo. As despesas operacionais e financeiras, investimentos e manutenção dos custos de operação da Companhia são financiados por meio da geração de caixa, ao passo que novas



aquisições de investimentos e imobilizado têm sido financiadas com contratação de financiamentos e emissões de debêntures.

*A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia e algumas de suas controladas, nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018:*

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2020 estão demonstradas abaixo, em R\$ mil:

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures - 8ª Emissão – Série única	Setembro de 2020	2031	IPCA+5,27%	850.000
(-) Custos de transação				(24.438)
<b>Total de captações</b>				<b>825.562</b>

Em setembro de 2020, a Gasmig concluiu a sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$850 milhões, com prazo de 11 anos e atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 5,27% ao ano, base 252 dias úteis. A totalidade dos recursos líquidos captados foi destinada à realização do resgate antecipado obrigatório total da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, com valor total de R\$850 milhões, na data de emissão.

Em 2020, a Companhia não efetuou captação de recursos na CEMIG D e nem na CEMIG GT, sobretudo em função dos eventos de liquidez citados anteriormente, no volume de R\$2,6 bilhões, associado à otimização das curvas de Capex e Opex da Distribuidora, que resultou em um caixa suficiente para honrar com as obrigações operacionais, de investimento e financiamento, restando ainda um colchão de liquidez para enfrentamento das incertezas geradas pela pandemia. Observou-se, ainda, que do início da pandemia até o final do terceiro trimestre de 2020, o mercado de dívida estava bastante seletivo, com spreads maiores e volumes ofertados menores, comparativamente às fontes de financiamento pré Covid. Tal movimento veio se revertendo no quarto trimestre, contudo, sem representar uma oportunidade efetiva para a Companhia. Diante desse cenário, nenhum movimento de gerenciamento de passivo foi efetuado, seja para alongamento de prazo, emissão para eventual equilíbrio de estrutura de capital, ou financiamento de investimentos.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2019 estão demonstradas abaixo, em R\$ mil:

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	Julho de 2019	2024	CDI + 0,454%	2.160.000
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	Julho de 2019	2026	IPCA+4,10%	1.500.000
Nota Promissória - 1ª emissão (2)	Setembro de 2019	2020	107,00% do CDI	850.000
(-) Custos de transação				(10.183)
(-) Deságio (3)				(23.095)
<b>Total de captações</b>				<b>4.476.722</b>

(1) CEMIG Distribuição

(2) Gasmig

(3) Deságio na 7ª emissão das debêntures - 2ª série, pela CEMIG Distribuição.

Em 26 de setembro de 2019, a Gasmig realizou a emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única,

perfazendo o valor total de R\$850 milhões com prazo de vencimento de 12 meses e juros de 107% da taxa DI, sem quaisquer garantias ou aval. Os recursos provenientes dessa emissão foram integralmente utilizados, em 26 de setembro de 2019, para pagamento do bônus de outorga devido ao Poder Concedente atualizado pela variação da taxa DI desde de 1º de janeiro de 2019 no valor de R\$891,2 milhões.

Em julho de 2019, a CEMIG D concluiu a distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 anos, no valor de R\$2,16 bilhões e pagando juros remuneratórios de CDI+0,454% a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 anos, no valor de R\$1,5 bilhão e pagando atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10% a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI. A CEMIG D utilizou os recursos basicamente para o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022, totalizando R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2018 estão demonstradas abaixo, em R\$ mil:

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
<b>Moeda estrangeira</b>				
<i>Eurobonds</i> (1)	Julho de 2018	2024	9,25%	1.946.269
(-) Custos de transação				(7.876)
(±) Recursos antecipados (2)				9.625
				<b>1.948.018</b>
<b>Moeda nacional</b>				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (3)	Maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
<b>Debêntures</b>				
Debêntures (4)	Agosto de 2018	2023	CDI + 1,50%	100.000
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (5)	Dezembro de 2018	2020	CDI + 1,75%	550.000
(-) Custos de transação				(4.125)
				<b>1.041.735</b>
<b>Total de captações</b>				<b>2.989.753</b>

- (1) Em julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos *Eurobonds* emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,946 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do *Eurobonds*;
- (3) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias pela CEMIG D, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019;
- (4) Em agosto de 2018, a Gasmig concluiu a 7ª Emissão de Debêntures, com prazo de 5 anos, remunerado pelo CDI + 1,50%, com amortização anual a partir de agosto de 2019;
- (5) Em dezembro de 2018, ocorreu a 6ª Emissão de Debêntures, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de CDI + 1,75% que será amortizada mensalmente em 12 parcelas mensais a partir de 03 de julho de 2019.

Em dezembro de 2018, a CEMIG D, necessitando recompor seu caixa, que vinha sendo impactado acima do previsto, principalmente, em função dos gastos adicionais na aquisição de energia no segundo semestre/2018, decorrente de cenário hidrológico adverso, de forma a assegurar o pagamento dos compromissos vincendos, concluiu sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$550 milhões e com prazo de 18 meses, sendo 6 meses de carência e juros remuneratórios de CDI + 1,75%. Vale destacar que o custo da emissão, menor que o custo do reperfilamento da dívida ocorrido em 2017, foi resultado da percepção de menor risco da empresa por parte da indústria financeira.

Em maio de 2018, a CEMIG D emitiu notas promissórias no valor total de R\$400 milhões, com vencimento em 24 de outubro de 2019 e juros remuneratórios de 151% da variação do CDI, a serem pagos na data de

vencimento. Os recursos captados serão destinados à recomposição do caixa da CEMIG D, em função do pagamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures, e reforço do capital de giro.

Em 18 de julho de 2018, a CEMIG GT realizou a liquidação financeira da reabertura dos *Eurobonds* emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,9 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024. Concomitantemente à liquidação, foi realizada operação de hedge abrangendo todo o período da emissão, através de uma combinação de *Call Spread* do principal, e Swap da totalidade dos juros, trocando assim o cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 125,52% do CDI.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *Eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

**Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.**

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que conte com uma proteção de hedge, já que a receita da companhia é exclusivamente em moeda local.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades de controladas da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

#### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Valores em R\$ milhões

Ano	Dívida bruta	Dívida líquida	Prazo médio (anos)	Custo médio (nominal)	Rating Nacional Fitch/S&P/Moody's
2018	14.772	13.069	4,1	10,01%	A-/A+/Baa2
2019	14.776	13.487	3,9	7,33%	A+/A+/Baa1
2020	15.021	9.212	3,8	5,30%	AA-/A+/A1

Estas alterações verificadas na dívida bruta, comparando os exercícios de 2019 e 2020 decorreram da variação cambial sofrida pelo *Eurobonds* da CEMIG GT e das amortizações ocorridas na CEMIG D enquanto as alterações verificadas entre os exercícios de 2018 e 2019 decorreram das amortizações de dívida pela CEMIG GT e pela CEMIG D compensadas com a nova dívida da Gasmig (que a CEMIG consolida) e a consolidação das dívidas de Parajuru e Volta do Rio (que passaram a ser controladas pela CEMIG GT).

Em 31 de dezembro de 2020, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Dólar (52% do total), CDI (15% do total), IPCA (32% do total) e 1% referente a outros indicadores. Vale ressaltar que, para a emissão original de US\$1 bilhão em *Eurobonds*, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI e para a emissão adicional de US\$500 milhões em *Eurobonds*, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. A taxa média equivalente às duas tranches dos *Eurobonds* ficou em 142% do CDI.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, face aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Endividamento do Patrimônio Líquido (1)	2,09	2,13	2,75
Dívida Líquida / LAJIDA (2)	1,62	3,03	3,46
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) (3)	34,5%	45,5%	44,8%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo (curto e longo) / patrimônio líquido;

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12;

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa mais TVM.

## i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	Vencimento principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado				
				2020			2019	2018
				Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$	2.023	9.702	11.725	18.051	25.936
<i>Eurobonds</i> (2)	2024	0,0925	U\$	58.909	7.795.050	7.853.959	6.091.742	5.856.124
KFW	2019	0,0178	EUR\$					229
(-) Custos de transação				-	(15.664)	(15.664)	(18.656)	(21.319)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(25.314)	(25.314)	(30.040)	(34.269)
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>60.932</b>	<b>7.763.774</b>	<b>7.824.706</b>	<b>6.061.097</b>	<b>5.826.701</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	-	502.531
Caixa Econômica Federal (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	-	626.632
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	17.204	-	17.204	60.516	55.576
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	14.086	-	14.086	117.710	107.791
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	3.414	5.644	9.058	20.268	33.182

Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	-	-	-	5.582	4.985
Consórcio Pipoca (2)	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	50.008	-	50.008	48.529	45.531
Nota Promissória - 1ª Emissão - Série Única (8)	2020	107,00% do CDI	R\$	-	-	-	875.247	425.571
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				-	-	-	(3.031)	(23.508)
(-) Custos de Transação				(55)	-	(55)	(277)	(12.524)
<b>Dívida em moeda nacional</b>				<b>84.657</b>	<b>5.644</b>	<b>90.301</b>	<b>1.124.729</b>	<b>1.765.952</b>
<b>Total de empréstimos e financiamento</b>				<b>145.589</b>	<b>7.769.418</b>	<b>7.915.007</b>	<b>7.185.826</b>	<b>7.592.653</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$					156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	394.672	366.848	761.520	1.087.989	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	17.292	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.839	-	288.839	578.067	1.022.646
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	587.956	-	587.956	1.108.945	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	43.603	991.644	1.035.247	990.893	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única	2022	146,50% do CDI	R\$					1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única	2020	CDI + 1,75%	R\$					551.214
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	541.927	1.350.000	1.891.927	2.164.083	39.857
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.783	1.585.141	1.587.924	1.519.042	17.367
Debêntures - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	9.920	9.709	19.629	30.323	46.180
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	4.732	4.357	9.089	13.072	20.681
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	11.548	10.259	21.807	34.431	716
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	5.525	5.178	10.703	15.564	-
Debêntures - 4ª emissão - 7ª série (8)	2020	TJLP + 1,82%	R\$	-	-	-	450	-
Debêntures - 6ª emissão - Série única (8)	2019	116,50% do CDI	R\$	-	-	-	-	50.086
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	-	-	-	-	100033
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.024	40.000	60.024	80.018	-
Debêntures - 8ª emissão - Série única (8)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	14.043	876.397	890.440	-	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (10)				-	(18.300)	(18.300)	(21.606)	-
(-) Custos de Transação				(11.846)	(29.408)	(41.254)	(28.358)	(40.881)
<b>Total de debêntures</b>				<b>1.913.726</b>	<b>5.191.825</b>	<b>7.105.551</b>	<b>7.590.205</b>	<b>7.179.175</b>
<b>Total geral consolidado</b>				<b>2.059.315</b>	<b>12.961.243</b>	<b>15.020.558</b>	<b>14.776.031</b>	<b>14.771.828</b>

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$233.931, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$222.206. As taxas de juros variam entre 2% a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) CEMIG Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do *Eurobonds*.
- (4) CEMIG Distribuição.
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (6) Central Eólica Volta do Rio.
- (7) CEMIG Controladora. Decorrente da Incorporação da CEMIG Telecom.
- (8) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.
- (10) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da CEMIG Distribuição.

## ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além daquelas já descritas no item 10.1(f) (i) deste Formulário de Referência.

## iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Cerca de 68% da dívida das subsidiárias da Companhia contam com garantia corporativa da Companhia, cerca de 26% da dívida é garantida por recebíveis e ações e 6% sem garantia.

## iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Com relação à existência de *covenants* financeiros em contratos de financiamento celebrados pela CEMIG Distribuição S.A., CEMIG Geração e Transmissão S.A. e pela Companhia, temos a informar o que segue.

Em 2017, a emissão de *bonds* pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. previu cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de *covenants* há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os *covenants* foram definidos seguindo o padrão de *covenants* para emissões *High Yield*, os quais deixarão de ser aplicados caso a CEMIG GT venha a se tornar “*investment grade*” no conceito de duas agências de rating.

Os *covenants* financeiros a serem observados semestralmente são os seguintes:

Covenant financeiro de manutenção		
Dívida Líquida / LAJIDA Ajustado para o Covenant		
Período	CEMIG	CEMIG GT
31-Dez-2017	5,00x	5,50x
30-Jun-2018	5,00x	5,50x
31-Dez-2018	4,25x	5,00x
30-Jun-2019	4,25x	5,00x
31-Dez-2019	3,50x	4,50x
30-Jun-2020	3,50x	4,50x
31-Dez-2020	3,00x	3,00x
30-Jun-2021	3,00x	3,00x
31-Dez-2021 em diante	3,00x	2,50x

Diante de uma eventual ultrapassagem dos *covenants* financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da CEMIG em relação ao LAJIDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na CEMIG GT em relação ao LAJIDA de 1,5x.

A 7ª emissão de debêntures da CEMIG D conta com *covenants* financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da CEMIG D, conforme a seguir:

Dívida Líquida / LAJIDA		
Período	CEMIG	CEMIG D
31-12-2019	3,5x	3,8x
30-06-2020	3,5x	3,5x
31-12-2020 em diante	3,0x	3,5x

A CEMIG Geração e Transmissão S.A. captou, em dezembro de 2016, R\$ 2.240 milhões, por meio de sua 7ª emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva verificada semestralmente que prevê que a CEMIG Geração e Transmissão S.A. terá a obrigação de manter sua dívida líquida/ (LAJIDA + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 5,5 vezes em dezembro de 2017; 5,0 vezes em dezembro de 2018; 4,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive. Esta mesma cláusula também prevê que a Companhia, garantidora da operação, terá a obrigação de manter sua dívida líquida/ (LAJIDA + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 4,5 vezes em dezembro de 2017; 4,25 vezes em dezembro de 2018; 3,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive. Ressaltamos, entretanto, que esta dívida foi integralmente quitada em fev/2021.

Nota: Para fins do disposto nestes *covenants*, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da CEMIG Geração e Transmissão S.A. ou da Companhia, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “LAJIDA” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). (3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.



A controlada Gasmig bem como Parajuru e Volta do Rio também possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido CEMIG (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Debêntures GASMIG (1)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5 a partir de 31/12/2020	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3 a partir de 31/12/2020	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0 a partir de 31/12/2020	-	Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (3)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

(2) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

(3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida* anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

Há também, nos contratos de financiamento da CEMIG D e da CEMIG GT, cláusulas padrão restringindo descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, ocorrência de mudança, transferência ou cessão do controle acionário da emissora ou da garantidora, sem anuência dos credores, término de contratos de concessão com impacto material adverso na capacidade de pagamento das emissoras ou garantidora, reorganização societária das emissoras ou da garantidora que implique na redução do capital social destas, e ainda, alteração das políticas de distribuição de dividendos previstas nos Estatutos Sociais, que resulte em aumento da parcela mínima dos lucros a serem utilizados para o pagamento de proventos obrigatórios.

### (g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

## (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

### **Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:**

ATIVO (em R\$ milhares)	Consolidado				
	2020	AV%	2019 reapresentado	AV%	AH%
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.680.397	3,11	535.757	1,06	213,65
Títulos e valores mobiliários	3.360.270	6,21	740.339	1,47	353,88
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	4.373.075	8,09	4.523.540	8,95	(3,33)
Ativos financeiros e setoriais da concessão	258.588	0,48	890.726	1,76	(70,97)
Ativos de contrato	737.110	1,36	576.184	1,14	27,93
Tributos compensáveis	1.850.057	3,42	98.804	0,20	1772,45
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	597.610	1,10	621.302	1,23	(3,81)
Dividendos a receber	188.327	0,35	185.998	0,37	1,25
Contribuição de iluminação pública	179.401	0,33	164.971	0,33	8,75
Reembolso de subsídios tarifários	88.349	0,16	96.776	0,19	(8,71)
Instrumentos financeiros derivativos	522.579	0,97	234.766	0,46	122,60
Outros	362.326	0,67	425.452	0,84	(14,84)
	<b>14.198.089</b>	<b>26,25</b>	<b>9.094.615</b>	<b>18,00</b>	<b>56,12</b>
Ativos classificados como mantidos para venda	1.258.111	2,33	1.258.111	2,49	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>15.456.200</b>	<b>28,58</b>	<b>10.352.726</b>	<b>20,49</b>	<b>49,30</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	764.793	1,41	13.342	0,03	5632,22
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	160.969	0,30	77.065	0,15	108,87
Tributos compensáveis	3.442.071	6,36	6.349.352	12,57	(45,79)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	346.523	0,64	227.913	0,45	52,04
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.452.860	4,55	2.429.789	4,81	0,95
Depósitos vinculados a litígios	1.055.797	1,95	2.540.239	5,03	(58,44)
Instrumentos financeiros derivativos	2.426.351	4,49	1.456.178	2,88	66,62
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	11.614	0,02	115.202	0,23	(89,92)
Ativos financeiros e setoriais da concessão	3.798.734	7,02	3.758.680	7,44	1,07
Ativos de contrato	4.242.962	7,85	3.307.369	6,55	28,29
Investimentos	5.415.293	10,01	5.399.391	10,69	0,29
Imobilizado	2.407.143	4,45	2.450.125	4,84	(1,75)
Intangível	11.809.928	21,84	11.624.471	23,01	1,60

Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	212.074	0,39	276.824	0,54	(23,39)
Outros	79.768	0,15	147.058	0,29	(45,76)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>38.626.880</b>	<b>71,43</b>	<b>40.172.998</b>	<b>79,51</b>	<b>(3,85)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>54.083.080</b>	<b>100,00</b>	<b>50.525.724</b>	<b>100,00</b>	<b>7,04</b>

PASSIVO (em R\$ milhares)	Consolidado				
	2020	AV%	2019 reapresentado	AV%	AH%
Fornecedores	2.358.320	4,36	2.079.891	4,12	13,39
Encargos regulatórios	445.807	0,82	456.771	0,90	(2,40)
Participação dos empregados e administradores no resultado	121.865	0,23	212.220	0,42	(42,58)
Impostos, taxas e contribuições	505.739	0,94	410.967	0,81	23,06
Imposto de renda e contribuição social	140.058	0,26	133.868	0,26	4,62
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.448.846	2,68	744.591	1,47	94,58
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.059.315	3,81	2.746.249	5,44	(25,01)
Salários e contribuições sociais	212.755	0,39	200.044	0,40	6,35
Contribuição de iluminação pública	304.869	0,56	251.809	0,50	21,07
Obrigações pós-emprego	304.551	0,56	287.538	0,57	5,92
Passivo financeiro da concessão	231.322	0,43	-	-	-
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	448.019	0,83	-	-	-
Opções de venda SAAG	536.155	0,99	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	47.799	0,09	85.000	0,17	(43,77)
Outras obrigações	524.795	0,97	355.623	0,70	47,57
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>9.690.215</b>	<b>17,92</b>	<b>7.964.571</b>	<b>15,76</b>	<b>21,67</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos regulatórios	291.189	0,54	147.266	0,29	97,73
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.961.243	23,97	12.029.782	23,81	7,74
Impostos, taxas e contribuições	262.745	0,49	226.768	0,45	15,87
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.040.003	1,92	770.084	1,52	35,05
Provisões	1.892.437	3,50	1.888.064	3,74	0,23
Obrigações pós-emprego	6.538.496	12,09	6.421.156	12,71	1,83
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	3.569.837	6,60	4.193.329	8,30	(14,87)
Opções de venda SAAG	-	-	482.841	0,96	-
Operações de arrendamento mercantil	178.704	0,33	202.747	0,40	(11,86)
Outras obrigações	180.863	0,33	96.611	0,19	87,21
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.915.517</b>	<b>49,77</b>	<b>26.458.648</b>	<b>52,37</b>	<b>1,73</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>36.605.732</b>	<b>67,69</b>	<b>34.423.219</b>	<b>68,13</b>	<b>6,34</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	7.593.763	14,04	7.293.763	14,44	4,11
Reservas de Capital	2.249.721	4,16	2.249.721	4,45	-
Reservas de Lucros	10.060.605	18,60	8.750.051	17,31	14,98
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.431.423)	(4,50)	(2.406.920)	( 4,76)	1,02
Lucros Acumulados	-	0,00	211.640	0,42	(100,00)

ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	17.472.666	32,30	16.098.255	31,86	8,54
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	4.682	0,01	4.250	0,01	10,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.477.348	32,31	16.102.505	31,87	8,54
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.083.080	100,00	50.525.724	100,00	7,04

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2020 em comparação a 2019 são como segue:

#### *Títulos e valores mobiliários– curto e longo prazo*

- Aumento de 447,32% no saldo de 2020 em comparação a 2019, sendo R\$4.125 milhões e R\$754 milhões respectivamente. O aumento em 2020 se deve a liberação dos depósitos vinculados a litígio relacionado a causa de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS no valor de R\$1.382 milhões, recebimento de R\$1.404 milhões da Conta Covid e diferimento dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

#### *Tributos compensáveis – curto e longo prazo*

- Redução de 17,92% nos Tributos Compensáveis em função da compensação de R\$1.275 milhões dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

#### *Empréstimos, financiamentos e debêntures– curto e longo prazo*

- Aumento de R\$245 milhões no saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures, em função da dívida Eurobond de U\$1,50 bilhão que em função do dólar de fechamento aumento em R\$1.762 milhões. Apesar do aumento do saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures pelo fato mencionado acima, a Companhia amortizou R\$2.531 milhões de principal no ano de 2020.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### **Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(R\$ milhares)	Consolidado				
	2020	AV%	2019 Reapresentado	AV%	AH%
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>					
RECEITA LÍQUIDA	25.227.625	100,00	25.486.973	100,00	(1,02)
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(12.111.489)	(48,01)	(11.286.174)	(44,28)	7,31
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(1.747.811)	(6,93)	(1.426.278)	(5,60)	22,54
Gás Comprado para Revenda	( 1.083.089)	(4,29)	(1.435.728)	(5,63)	(24,56)
Pessoal e administradores	( 1.011.557)	(4,01)	(1.001.762)	(3,93)	0,98

(R\$ milhares)	Consolidado				
	2020	AV%	2019 Reapresentado	AV%	AH%
Materiais	(62.480)	(0,25)	(73.872)	(0,29)	(15,42)
Serviços de Terceiros	(1.086.517)	(4,31)	(1.042.989)	(4,09)	4,17
Depreciação e Amortização	(865.202)	(3,43)	(814.783)	(3,20)	6,19
Provisões Operacionais	(168.099)	(0,67)	(1.213.759)	(4,76)	(86,15)
Custos de Construção de Infraestrutura	(1.581.475)	(6,27)	(1.199.698)	(4,71)	31,82
Outras	(127.033)	(0,50)	(103.630)	(0,41)	22,58
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(19.844.752)</b>	<b>(78,66)</b>	<b>(19.598.673)</b>	<b>(76,90)</b>	<b>1,26</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>5.382.873</b>	<b>21,34</b>	<b>5.888.300</b>	<b>23,10</b>	<b>(8,58)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	(146.705)	(0,58)	(237.733)	(0,93)	(38,29)
Despesas gerais e administrativas	(582.457)	(2,31)	(641.810)	(2,52)	(9,25)
Despesas com provisões operacionais	(108.482)	(0,43)	(949.614)	(3,73)	(88,58)
Outras receitas (despesas) operacionais	(749.475)	(2,97)	(1.047.423)	(4,11)	(28,45)
	<b>(1.587.119)</b>	<b>(6,29)</b>	<b>(2.876.580)</b>	<b>(11,40)</b>	<b>(44,83)</b>
Revisão Tarifária Periódica, líquida	502.108	1,99	-	-	0,00
Resultado de Equivalência Patrimonial	356.698	1,41	125.351	0,49	184,56
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	-	-	72.738	0,29	(100,00)
Resultado decorrente de combinação de negócios	51.736	0,21	-	-	-
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>4.706.296</b>	<b>16,67</b>	<b>3.209.809</b>	<b>12,48</b>	<b>46,62</b>
Receitas Financeiras	2.445.405	9,69	3.206.850	12,58	(23,74)
Despesas Financeiras	(3.350.864)	(13,28)	(1.846.573)	(7,25)	81,46
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>3.800.837</b>	<b>13,08</b>	<b>4.570.086</b>	<b>17,81</b>	<b>(16,83)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(683.681)	(2,71)	(1.454.341)	(5,71)	(52,99)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(252.035)	(1,00)	(145.459)	(0,57)	73,27
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>	<b>2.865.121</b>	<b>9,37</b>	<b>2.970.286</b>	<b>11,53</b>	<b>(3,54)</b>
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	224.067	0,88	(100,00)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.865.121</b>	<b>9,37</b>	<b>3.194.353</b>	<b>12,41</b>	<b>(10,31)</b>
Participação dos acionistas controladores	2.864.110	11,35	3.193.678	12,53	(10,32)
Participação dos acionistas não-controladores	1.011	0,00	675	0,00	49,78
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.865.121</b>	<b>11,35</b>	<b>3.194.353</b>	<b>12,53</b>	<b>(10,31)</b>

## Lucro líquido do Exercício

A CEMIG apresentou, em 2020, um lucro líquido de R\$2.864 milhões (participação dos acionistas controladores) em comparação ao lucro líquido de R\$3.194 milhões (reapresentado) em 2019, representando uma redução de 10,33%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

No exercício de 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos relacionados ao negócio de transmissão em função da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida e harmonização de práticas contábeis do setor e pelo aumento de 184,56% com ganhos de equivalência patrimonial.

No exercício de 2019, destaca-se o reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.984 milhões, parcialmente compensado pela constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova e das provisões para contingências judiciais referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$688 milhões e R\$862 milhões respectivamente. Adicionalmente, a alienação de ações da Light, em julho de 2019, que resultou no ganho com operações descontinuadas no montante de R\$224 milhões. Todos os valores mencionados líquidos de impostos.

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da CEMIG, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 7,12% em 2020 em comparação ao ano anterior, enquanto a margem do LAJIDA ajustada passou de 18,92% para 19,81%. O LAJIDA consolidado, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 29,64% em 2020, em comparação ao exercício de 2019, enquanto a sua margem passou de 17,23%, em 2019, para 23,14% em 2020.

LAJIDA - R\$ mil	2020	2019 (Reapresentado)	Var %
Resultado do exercício	2.864	3.194	(10,33)
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	936	1.600	(41,50)
+ Resultado financeiro	905	(1.360)	(166,54)
+ Depreciação e amortização	989	958	3,24
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	<u>5.694</u>	<u>4.392</u>	<u>29,64</u>

\* A despesa de imposto de renda e contribuição social de 2019 inclui o montante de R\$85, que estão apresentados pelo líquido no resultado das atividades descontinuadas.

- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no exercício de 2020, em comparação ao exercício de 2019, deve-se, principalmente, ao reconhecimento da revisão tarifária periódica da transmissão em 2020. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial aumentou 185,60% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a 2019, devido, principalmente, do aumento de 135,24% no resultado da investida Taesa, que passou de R\$210 milhões em 2019, para R\$494 milhões em 2020.

### ***Caixa e Equivalentes a Caixa***

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$1.680 milhões em comparação ao saldo de R\$536 milhões em 31 de dezembro de 2019, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

### ***Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais***

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2020 e 2019 totalizou R\$8.609 milhões e R\$2.037 milhões, respectivamente. Essa maior geração de caixa no ano decorre, principalmente, dos valores recebidos em 2020 referente a conta Covid, de R\$1.404 milhões, além dos valores levantados de depósitos judiciais referente a ação do Pasep/Cofins sobre o ICMS, no valor de R\$1.383 milhões. Adicionalmente, em 2020 a Companhia iniciou a compensação dos créditos do Pasep/Cofins sobre o ICMS com os impostos federais a pagar, o que fez com que ocorresse uma saída menor de caixa para pagamento de impostos na comparação com 2019, sendo R\$240 milhões em 2020 e R\$1.767 milhões em 2019.

### ***Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2020 totalizou R\$5.077 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2019 de R\$1.189 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do maior volume de recursos transferidos para aplicação em títulos e valores mobiliários em 2020 (aplicação de R\$3.368 milhões e resgates de R\$79 milhões em 2019), considerando a maior disponibilidade de recursos em 2020.

### ***Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento***

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2020 totalizou R\$2.387 milhões, e foi composto pela amortização de R\$2.531 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$826 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$84 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$598 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2019 totalizou R\$1.203 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.883 milhões de financiamentos, sendo compensado pela obtenção de financiamentos no valor de R\$4.477 milhões. Adicionalmente, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2019 atingiu o montante de R\$701 milhões, 1,85% inferior ao montante pago em 2020.

**Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:**

ATIVO (em R\$ milhões)	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	536	1,07	891	1,49	(39,84)
Títulos e valores mobiliários	740	1,48	704	1,18	5,11
Consumidores, revendedores e concessionários - Transporte de energia	4.524	9,06	4.092	6,84	10,56
Ativo financeiro da concessão	1.080	2,16	1.071	1,79	0,84
Ativos de contrato	172	0,34	131	0,22	31,30
Tributos compensáveis	99	0,20	124	0,21	(20,16)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	621	1,24	387	0,65	60,47
Dividendos a receber	186	0,37	120	0,20	55,00
Fundos vinculados	12	0,02	91	0,15	(86,81)
Estoques	39	0,08	36	0,06	8,33
Contribuição de iluminação pública	165	0,33	148	0,25	11,49
Adiantamento a fornecedores	40	0,08	7	0,01	471,43
Reembolso subsídios tarifários	97	0,19	91	0,15	6,59
Subvenção baixa renda	30	0,06	30	0,05	-
Instrumentos financeiros derivativos	235	0,47	69	0,12	240,58
Outros	304	0,61	358	0,60	(15,08)
Ativos classificados como mantidos para venda	1.258	2,52	19.446	32,48	(93,53)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>10.138</b>	<b>20,28</b>	<b>27.796</b>	<b>46,45</b>	<b>(63,53)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	13	0,03	109	0,18	(88,07)
Adiantamento a Fornecedores	-	-	87	0,15	(100,00)
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	77	0,15	81	0,14	(4,94)
Tributos compensáveis	6.349	12,72	242	0,40	2.523,55
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	228	0,47	6	0,01	3.700,00
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.430	4,87	2.147	3,59	13,18
Depósitos vinculados a litígios	2.540	5,09	2.502	4,18	1,52
Instrumentos financeiros derivativos	1.456	2,92	744	1,24	95,70
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	115	0,23	246	0,41	(53,25)
Ativos financeiros e setoriais da concessão	4.851	9,72	4.927	8,23	(1,54)
Ativos de contrato	1.833	3,67	1.598	2,67	14,71
Investimentos	5.400	10,82	5.235	8,74	3,15
Imobilizado	2.450	4,91	2.662	4,45	(7,96)
Intangível	11.624	23,28	10.777	18,00	7,86
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	277	0,55	-	-	-
Outros	145	0,29	696	1,16	(79,17)



ATIVO (em R\$ milhões)	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>39.788</b>	<b>79,72</b>	<b>32.059</b>	<b>53,55</b>	<b>24,11</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>49.926</b>	<b>100,00</b>	<b>59.855</b>	<b>100,00</b>	<b>(16,59)</b>

PASSIVO (em R\$ milhões)	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Fornecedores	2.080	4,17	1.801	3,01	15,49
Encargos regulatórios	457	0,92	514	0,86	(11,09)
Participação dos empregados e administradores no resultado	212	0,42	79	0,13	168,35
Impostos, taxas e contribuições	359	0,72	410	0,68	(12,44)
Imposto de renda e contribuição social	134	0,27	112	0,19	19,64
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	744	1,49	864	1,44	(13,89)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.747	5,50	2.198	3,67	24,98
Salários e contribuições sociais	200	0,40	284	0,47	(29,58)
Contribuição de iluminação pública	252	0,50	281	0,47	(10,32)
Obrigações pós-emprego	288	0,58	253	0,42	13,83
Operações de arrendamento mercantil	85	0,17	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	79	0,13	(100,00)
Outras obrigações	355	0,71	247	0,41	43,72
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	16.272	27,19	(100,00)
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>7.913</b>	<b>15,85</b>	<b>23.394</b>	<b>39,07</b>	<b>(66,18)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos regulatórios	147	0,29	179	0,30	(17,88)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.030	24,09	12.574	21,01	(4,33)
Impostos, taxas e contribuições	1	-	29	0,06	(96,55)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	661	1,32	728	1,22	(9,20)
Provisões	1.888	3,78	641	1,07	194,54
Obrigações pós-emprego	6.421	12,86	4.736	7,91	35,58
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	4.193	8,40	1.124	1,88	273,04
Instrumentos financeiros derivativos - opções	483	0,97	419	0,70	15,27
Operações de arrendamento mercantil	203	0,41	-	-	-
Outras obrigações	95	0,19	92	0,15	3,26
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.122</b>	<b>52,31</b>	<b>20.522</b>	<b>34,30</b>	<b>27,29</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>34.035</b>	<b>68,16</b>	<b>43.916</b>	<b>73,37</b>	<b>(22,50)</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	7.294	14,61	7.294	12,19	-
Reservas de capital	2.250	4,51	2.250	3,76	-

Reservas de lucros	8.750	17,53	6.362	10,63	37,54
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.407)	(4,82)	(1.327)	(2,22)	81,39
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>15.887</b>	<b>31,83</b>	<b>14.579</b>	<b>24,36</b>	<b>8,97</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>	<b>4</b>	<b>0,01</b>	<b>1.360</b>	<b>2,27</b>	<b>(99,71)</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.891</b>	<b>31,84</b>	<b>15.939</b>	<b>26,63</b>	<b>(0,30)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>49.926</b>	<b>100,00</b>	<b>59.855</b>	<b>100,00</b>	<b>(16,59)</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2019 em comparação a 2018 são como segue:

#### *Ativos classificados como mantidos para venda*

- Redução de R\$18.188 milhões nos Ativos Classificados como mantidos para venda de curto prazo em função da alienação de participação societária da Light, na qual a Companhia reduziu sua participação de 49,99% para 22,58%.

#### *Tributos Compensáveis*

- Aumento de R\$6.107 milhões nos Tributos Compensáveis de longo prazo em função dos créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições.

#### *Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda*

- Redução de R\$16.272 milhões nos Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda, devido a alienação de participação societária da Light, na qual a Companhia reduziu sua participação de 49,99% para 22,58%.

#### *Provisões*

- Aumento de R\$1.247 milhões no saldo de Provisões de longo prazo, em função do aumento nas provisões tributárias decorrentes de ações tributárias.

#### *Obrigações Pós-Emprego*

- Aumento de R\$1.685 milhões no saldo de Obrigações Pós-Emprego de longo prazo, em função das mudanças nas premissas financeiras.

#### *PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores*

- Aumento de R\$3.069 milhões no saldo de PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores, em função de ação judicial transitada em julgado pela qual parcela dos créditos recebidos serão restituídos aos consumidores.

**Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

	2019	AV%	2018	AV%	AH%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25.390</b>	<b>100,00</b>	<b>22.266</b>	<b>100,00</b>	<b>14,03</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.286)	(44,45)	(11.084)	(49,78)	1,82
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(1.426)	(5,62)	(1.480)	(6,65)	(3,65)
Gás Comprado para Revenda	(1.436)	(5,66)	(1.238)	(5,56)	15,99
Pessoal e administradores	(1.002)	(3,95)	(1.098)	(4,93)	(8,74)
Materiais	(74)	(0,29)	(81)	(0,36)	(8,64)
Serviços de Terceiros	(1.043)	(4,11)	(913)	(4,10)	14,24
Depreciação e Amortização	(815)	(3,21)	(761)	(3,42)	7,10
Provisões Operacionais	(1.214)	(4,78)	(40)	(0,18)	2.935,00
Custo de construção de infraestrutura	(1.199)	(4,72)	(897)	(4,03)	33,67
Outros	(103)	(0,41)	(85)	(0,38)	21,18
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(19.598)</b>	<b>(77,20)</b>	<b>(17.677)</b>	<b>(79,39)</b>	<b>10,87</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>5.792</b>	<b>22,80</b>	<b>4.589</b>	<b>20,61</b>	<b>26,21</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com Vendas	(238)	(0,94)	(264)	(1,19)	(9,85)
Despesas Gerais e Administrativas	(642)	(2,53)	(672)	(3,02)	(4,46)
Despesas com Provisões Operacionais	(950)	(3,74)	(167)	(0,75)	468,86
Outras Despesas Operacionais, líquidas	(1.052)	(4,14)	(640)	(2,87)	64,38
	<b>(2.882)</b>	<b>(11,35)</b>	<b>(1.743)</b>	<b>(7,83)</b>	<b>65,35</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	125	0,49	(104)	(0,47)	(220,19)
Dividendos recebidos de investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	73	0,29	-	-	-
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	-	-	(119)	(0,53)	(100,00)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	(127)	(0,57)	(100,00)
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>3.108</b>	<b>12,23</b>	<b>2.496</b>	<b>11,21</b>	<b>24,52</b>
Receitas Financeiras	3.207	12,63	1.706	7,66	87,98
Despesas Financeiras	(1.846)	(7,27)	(2.224)	(9,99)	(17,00)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>4.469</b>	<b>17,59</b>	<b>1.978</b>	<b>8,88</b>	<b>125,94</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.454)	(5,73)	(583)	(2,62)	149,40
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(111)	(0,44)	(16)	(0,07)	593,75
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>	<b>2.904</b>	<b>11,42</b>	<b>1.379</b>	<b>6,19</b>	<b>110,59</b>
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas</b>	<b>224</b>	<b>0,88</b>	<b>363</b>	<b>1,63</b>	<b>(38,29)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.128</b>	<b>12,30</b>	<b>1.742</b>	<b>7,82</b>	<b>79,56</b>
Participação dos acionistas controladores	3.127	12,32	1.700	7,63	83,94
Participação dos acionistas não-controladores	1	-	42	0,19	(97,62)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.128</b>	<b>12,32</b>	<b>1.742</b>	<b>7,82</b>	<b>79,56</b>

## Resultado do Exercício

A CEMIG apresentou, no exercício de 2019, um lucro líquido de R\$3.128 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.742 milhões no exercício de 2018, representando um aumento de 79,56%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da CEMIG apresentou um aumento de 15,74% no exercício de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018. A margem do LAJIDA da Companhia não apresentou variação significativa, sendo de 16,98% em 2018 e 17,24% em 2019.

LAJIDA - R\$ mil	2019	2018	Var %
Resultado do exercício atribuível a acionistas controladores	3.127	1.700	83,94
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	1.651	728	126,79
+ Resultado financeiro	(1.360)	518	-
+ Depreciação e amortização	958	835	14,73
<b>= LAJIDA</b>	<b>4.376</b>	<b>3.781</b>	<b>15,74</b>

\* A despesa de imposto de renda e contribuição social de 2019 e 2018 inclui, respectivamente, os montantes de R\$85 e R\$129, que estão apresentados pelo líquido no resultado das atividades descontinuadas.

O aumento do LAJIDA no exercício de 2019, em comparação ao exercício de 2018, deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.428 milhões, parcialmente compensado pelas provisões para contingências jurídicas referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$1.213 milhões. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial aumentou 239% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação a 2018, devido, principalmente, à redução no resultado negativo apurado pela investida Madeira (37,35%), bem como à ausência dos impactos advindos dos resultados da Renova, uma vez que o investimento da Companhia nesta empresa foi baixado em dezembro de 2018.

## Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2019 e 2018 totalizou R\$2.006 milhões e R\$1.008 milhões, respectivamente. O aumento no caixa gerado por atividades operacionais em 2019 em comparação com 2018 decorre, principalmente, do aumento da lucratividade da Companhia e da relação entre os custos não gerenciáveis e os recebimentos tarifários da CEMIG D, observada a partir do comportamento da Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros.

### ***Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2019 totalizou R\$1.189 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2018 de R\$211 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do pagamento pela Gasmig do bônus de outorga, no valor de R\$891 milhões, com o objetivo de reestabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão e assegurar a sua extensão até 2053, sendo este montante acrescido à base de remuneração de ativos da Gasmig como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão.

### ***Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento***

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2019 totalizou R\$1.172 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.883 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$4.477 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$65 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 701 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R\$936 milhões, e foi composto pela amortização de R\$3.527 milhões de financiamentos, sendo compensado pela obtenção de financiamentos no valor de R\$2.990 milhões. Adicionalmente, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2018 atingiu o montante de R\$509 milhões, 27% inferior ao montante pago em 2019.

**Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

ATIVO (em R\$ milhões)	Consolidado				
	2018	AV %	2017	AV %	AH %
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	891	1,49	1.030	2,44	(13,50)
Títulos e valores mobiliários	704	1,18	1.058	2,50	(33,46)
Consumidores e revendedores	4.092	6,84	3.885	9,20	5,33
Ativo financeiro da concessão	1.071	1,79	848	2,01	26,30
Ativos de contrato	131	0,22	-	-	-
Tributos compensáveis	124	0,21	174	0,41	(28,74)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	387	0,65	340	0,80	13,82
Dividendos a receber	120	0,20	77	0,18	55,84
Fundos vinculados	91	0,15	106	0,25	(14,15)
Estoques	36	0,06	38	0,09	(5,26)
Adiantamento a fornecedores	7	0,01	116	0,27	(93,97)
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	-	-	235	0,56	(100,00)
Reembolso de subsídios tarifários	91	0,15	77	0,18	18,18
Subvenção baixa renda	30	0,05	27	0,06	11,11
Instrumentos financeiros derivativos - swap	69	0,12	-	-	-
Outros	506	0,85	526	1,25	(3,80)
Ativos classificados como mantidos para venda	19.446	32,48	-	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>27.796</b>	<b>46,45</b>	<b>8.537</b>	<b>20,20</b>	<b>225,59</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	109	0,18	30	0,07	263,33
Adiantamento a fornecedores	87	0,15	7	0,02	1.142,86
Consumidores e revendedores	81	0,14	255	0,60	(68,24)
Tributos compensáveis	242	0,40	231	0,55	4,76
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	0,01	21	0,05	(71,43)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.147	3,59	1.871	4,43	14,75
Depósitos vinculados a litígios	2.502	4,18	2.336	5,53	7,11
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	744	1,24	9	0,02	8.166,67
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	246	0,41	-	-	-
Outros	696	1,16	628	1,49	10,83
Ativo financeiro da concessão	4.927	8,23	6.605	15,64	(25,40)
Ativos de contrato	1.598	2,67	-	-	-
Investimentos	5.235	8,74	7.792	18,45	(32,82)
Imobilizado	2.662	4,45	2.762	6,54	(3,62)
Intangível	10.777	18,00	11.156	26,41	(3,40)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>32.059</b>	<b>53,55</b>	<b>33.703</b>	<b>79,80</b>	<b>(4,88)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>59.855</b>	<b>100,00</b>	<b>42.240</b>	<b>100,00</b>	<b>41,70</b>

PASSIVO (em R\$ milhões)	Consolidado				
	2018	AV %	2017	AV %	AH %
Fornecedores	1.801	3,01	2.343	5,55	(23,13)
Encargos regulatórios	514	0,86	513	1,21	0,19
Participações nos lucros	79	0,13	9	0,03	777,18
Impostos, taxas e contribuições	410	0,68	705	1,67	(41,84)
Imposto de renda e contribuição social	112	0,19	115	0,27	(2,61)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	864	1,44	428	1,01	101,87
Empréstimos, financiamentos e debentures	2.198	3,67	2.371	5,61	(7,30)
Salários e contribuições sociais	284	0,47	207	0,49	37,20
Obrigações pós-emprego	253	0,42	232	0,55	9,05
Passivos financeiros e setoriais da concessão	-	-	415	0,98	(100,00)
Instrumentos financeiros – opções de venda	-	-	507	1,20	(100,00)
Adiantamento de clientes	79	0,13	233	0,55	(66,09)
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	13	0,03	(100,00)
Outras obrigações	528	0,88	572	1,35	(7,69)
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	16.272	27,19	-	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>23.394</b>	<b>39,07</b>	<b>8.663</b>	<b>20,50</b>	<b>170,05</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos regulatórios	179	0,30	250	0,59	(28,40)
Empréstimos e financiamentos	12.574	21,01	12.027	28,47	4,55
Impostos, taxas e contribuições	29	0,06	28	0,07	3,57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	728	1,22	735	1,74	(0,95)
Provisões	641	1,07	678	1,61	(5,46)
Obrigações pós-emprego	4.736	7,91	3.954	9,36	19,78
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	1.124	1,88	1.087	2,57	3,40
Instrumentos financeiros – opções de venda	419	0,70	308	0,73	36,04
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	28	0,07	(100,00)
Outras obrigações	92	0,15	152	0,36	(39,47)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>20.522</b>	<b>34,30</b>	<b>19.247</b>	<b>45,57</b>	<b>6,62</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>43.916</b>	<b>73,37</b>	<b>27.910</b>	<b>66,07</b>	<b>57,35</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	7.294	12,19	6.294	14,90	15,89
Reservas de capital	2.250	3,76	1.925	4,56	16,88
Reservas de lucros	6.362	10,63	5.729	13,56	11,05
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.327)	(2,22)	(837)	(1,98)	58,54
Subscrição de ações a capitalizar	-	-	1.215	2,88	(100,00)
<b>TOTAL ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>14.579</b>	<b>24,36</b>	<b>14.326</b>	<b>33,92</b>	<b>1,77</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>	<b>1.360</b>	<b>2,27</b>	<b>4</b>	<b>0,01</b>	<b>33.900,00</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.939</b>	<b>26,63</b>	<b>14.330</b>	<b>33,93</b>	<b>11,23</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>59.855</b>	<b>100,00</b>	<b>42.240</b>	<b>100,00</b>	<b>41,70</b>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2018 em comparação a 2017 são como segue:

***Ativos e passivos classificados como mantidos para venda***

- Em função da classificação do investimento na Light e em suas investidas como disponível para venda, a Companhia transferiu os saldos consolidados da controlada e das suas investidas para a rubrica de Ativos e passivos classificados como mantidos para venda.

***Ativos Financeiros Da Concessão***

- Redução de R\$1.677 milhões nos saldos de longo prazo em função principalmente do recebimento da indenização dos ativos de geração e recebimento da indenização de transmissão, considerando a adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579).

***Investimentos***

- Redução de 32,825 no saldo em função basicamente da transferência dos investimentos na Light para a rubrica de ativos e passivos mantidos para venda.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

**Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	Consolidado				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>22.266</b>	<b>100,00</b>	<b>21.712</b>	<b>100,00</b>	<b>2,55</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.084)	(49,78)	(10.919)	(50,29)	<b>1,51</b>
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(1.480)	(6,65)	(1.174)	(5,41)	<b>26,06</b>
Gás Comprado para Revenda	(1.238)	(5,56)	(1.071)	(4,93)	<b>15,59</b>
Pessoal e administradores	(1.098)	(4,93)	(1.270)	(5,85)	(13,54)
Materiais	(81)	(0,36)	(73)	(0,34)	10,96
Serviços de Terceiros	(913)	(4,10)	(759)	(3,50)	20,29
Depreciação e Amortização	(761)	(3,42)	(787)	(3,62)	(3,30)
Provisões Operacionais	(40)	(0,18)	(226)	(1,04)	(82,30)
Custos de Construção de Infraestrutura	(897)	(4,03)	(1.119)	(5,15)	(19,84)
Outras	(85)	(0,38)	(90)	(0,41)	(5,56)
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(17.677)</b>	<b>(79,39)</b>	<b>(17.488)</b>	<b>(80,54)</b>	<b>1,08</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>4.589</b>	<b>20,61</b>	<b>4.224</b>	<b>19,46</b>	<b>8,64</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	(264)	(1,19)	(248)	(1,14)	6,45
Despesas gerais e administrativas	(672)	(3,02)	(763)	(3,51)	(11,93)
Despesas com provisões operacionais	(167)	(0,75)	(353)	(1,63)	(52,69)
Outras receitas (despesas) operacionais	(640)	(2,87)	34	0,16	(1.982,35)
	(1.743)	(7,83)	(1.330)	(6,12)	31,05
Resultado de Equivalência Patrimonial	(104)	(0,47)	(252)	(1,16)	(58,73)
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	(119)	(0,53)	-	-	-
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	(127)	(0,57)	-	-	-
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>2.496</b>	<b>11,21</b>	<b>2.642</b>	<b>12,18</b>	<b>(5,53)</b>
Receitas Financeiras	1.706	7,66	804	3,70	112,19
Despesas Financeiras	(2.224)	(9,99)	(1.800)	(8,29)	23,56
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>1.978</b>	<b>8,88</b>	<b>1.646</b>	<b>7,59</b>	<b>20,17</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(583)	(2,62)	(446)	(2,05)	30,72
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16)	(0,07)	(198)	(0,91)	(91,92)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>	<b>1.379</b>	<b>6,19</b>	<b>1.002</b>	<b>4,63</b>	<b>37,62</b>
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	363	1,63	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.742</b>	<b>7,82</b>	<b>1.002</b>	<b>4,63</b>	<b>73,85</b>
Participação dos acionistas controladores	1.700	7,63	1.001	4,61	69,83
Participação dos acionistas não-controladores	42	0,19	1	-	4.100,00
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.742</b>	<b>7,82</b>	<b>1.002</b>	<b>4,61</b>	<b>73,85</b>

## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - R\$ mil	2018	2017	Var %
Resultado do Exercício	1.700	1.001	69,83
+ Despesa de IR e Contribuição Social (*)	728	644	13,04
+ Resultado Financeiro	518	997	(48,04)
+ Depreciação e Amortização	835	850	(1,76)
<b>= LAJIDA</b>	<b>3.871</b>	<b>3.492</b>	<b>8,28</b>

(\*) A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui o montante de R\$129 milhões que está apresentado pelo líquido no resultado das atividades descontinuadas.

## Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

## Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$891 milhões em comparação ao saldo de R\$1.030 milhões em 31 de dezembro de 2017, e não foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

## Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2018 e 2017 totalizou R\$1.008 milhões e R\$580 milhões, respectivamente. O aumento no caixa gerado por atividades operacionais em 2018 em comparação com 2017 deveu-se, principalmente, à indenização recebida referente as usinas de São Simão e Miranda e também em função do aumento da lucratividade da Companhia.

## Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2018 totalizou R\$211 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2017 de R\$386 milhões. Esse resultado decorre do grande volume de investimentos da Companhia nos períodos, líquidos dos valores recebidos de alienação de ativos nos montantes de R\$654 milhões e R\$766 milhões em 2018 e 2017.

### **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R\$936 milhões, e foi composto pela amortização de R\$3.527 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$2.980 milhões de recursos.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$159 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.131 milhões de financiamentos, sendo compensado pela obtenção de financiamentos no valor de R\$3.308 milhões. Merece destaque o aporte de acionistas para futuro aumento de capital no montante de R\$1.215 milhões.

## 10.2

### (a) Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

### Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (reapresentado)

#### Lucro líquido do Exercício

A Cemig apresentou, em 2020, um lucro líquido de R\$2.864 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.194 milhões (reapresentado) em 2019, representando uma redução de 10,33%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

No exercício de 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos relacionados ao negócio de transmissão em função da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida e harmonização de práticas contábeis do setor e pelo aumento de 184,56% com ganhos de equivalência patrimonial.

No exercício de 2019, destaca-se o reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.984 milhões, parcialmente compensado pela constituição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova e das provisões para contingências judiciais referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$688 milhões e R\$862 milhões respectivamente. Adicionalmente, a alienação de ações da Light, em julho de 2019, que resultou no ganho com operações descontinuadas no montante de R\$224 milhões. Todos os valores mencionados líquidos de impostos.

#### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 7,12% em 2020 em comparação ao ano anterior, enquanto a margem do LAJIDA ajustada passou de 18,92% para 19,81%. O LAJIDA consolidado, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 29,64% em 2020, em comparação ao exercício de 2019, enquanto a sua margem passou de 17,23%, em 2019, para 23,14% em 2020.

LAJIDA - R\$ mil	2020	2019 (Reapresentado)	Var %
Resultado do exercício	2.864	3.194	(10,33)
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social (*)	936	1.600	(41,50)
+ Resultado financeiro	905	(1.360)	(166,54)
+ Depreciação e amortização	989	958	3,24
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	<b>5.694</b>	<b>4.392</b>	<b>29,64</b>
Efeitos não recorrentes e não caixa			

(1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Os principais itens que afetaram as receitas no exercício são conforme segue:

#### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$26.432 milhões em 2020 em comparação a R\$26.928 milhões em 2019, representando uma redução de 1,84%.

#### ***Consumidores Finais***

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$23.018 milhões em 2020 comparado a R\$24.052 milhões em 2019, representando uma redução de 4,30%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral até 30 de junho de 2020);
- Redução de 6,62% no volume de energia vendida para consumidores finais, principalmente nos segmentos industrial e comercial.

#### ***Evolução do Mercado***

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas em 2020, comparativamente as do exercício de 2019.

## Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2020			2019			Variação %	
	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	10.980.626	9.875	899,31	10.538.342	9.668	917,41	4,20	2,14
Industrial	12.731.167	4.171	327,62	14.873.005	4.760	320,04	(14,40)	(12,37)
Comércio, serviços e outros	8.571.078	4.979	580,91	9.335.454	5.439	582,62	(8,19)	(8,46)
Rural	3.766.186	2.190	581,49	3.795.197	2.058	542,26	(0,76)	6,41
Poder público	713.984	522	731,11	904.879	654	722,75	(21,10)	(20,18)
Iluminação pública	1.242.760	550	442,56	1.357.293	614	452,37	(8,44)	(10,42)
Serviço público	1.362.402	722	529,21	1.371.992	725	528,43	(0,70)	(0,55)
<b>Subtotal</b>	<b>39.368.203</b>	<b>23.009</b>	<b>584,46</b>	<b>42.176.162</b>	<b>23.918</b>	<b>567,10</b>	<b>(6,66)</b>	<b>(3,80)</b>
Consumo Próprio	34.089	-	-	37.827	-	-	(9,88)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	9	-	-	134	-	-	(93,28)
	<b>39.402.292</b>	<b>23.018</b>	<b>584,18</b>	<b>42.213.989</b>	<b>24.052</b>	<b>569,76</b>	<b>(6,66)</b>	<b>(4,30)</b>
Suprimento a outras concessionárias (3)	13.906.848	3.363	241,82	11.919.773	2.943	246,90	16,67	14,27
Suprimento não faturado líquido	-	51	-	-	(67)	-	-	(176,12)
<b>Total</b>	<b>53.309.140</b>	<b>26.432</b>	<b>495,82</b>	<b>54.133.762</b>	<b>26.928</b>	<b>497,43</b>	<b>(1,52)</b>	<b>(1,84)</b>

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocasionaram na redução de 1,52% na quantidade de energia vendida foram:

- Redução de 14,40% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial. Este resultado é a composição da redução de 25,6% no segmento cativo, devido, principalmente, à migração de clientes para o mercado livre, e da redução de 12,3% no mercado livre. No mercado livre, a redução se deve, principalmente, aos efeitos da pandemia sobre a atividade industrial em 2020;
- Redução de 8,19% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe comercial. O comportamento negativo dessa classe está associado a redução de 15,9% no volume de energia faturada aos consumidores cativos da Cemig D e aumento de 1,6% no volume de energia faturada pela Cemig GT e subsidiárias integrais aos clientes livres, em Minas Gerais e em outros estados do Brasil. Também nessa classe são observados os fortes impactos da pandemia sobre a atividade econômica, com reflexo no consumo de energia;
- Aumento de 4,20% no consumo residencial em 2020 frente ao exercício de 2019, devido principalmente, pelo crescimento de 2,1% no número de unidades consumidoras.

### Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2020, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.022 milhões, comparada a R\$2.722 milhões em 2019, representando um aumento de 11,02%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Cemig D, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020), com impacto de aproximadamente 15,47% para os clientes livres, somados ao impacto do reajuste tarifário anual da Companhia em 2020, de 5,74% para os clientes livres, respectivamente. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,42% da energia transportada em 2020, em comparação ao exercício de 2019.

	MWh		
	2020	2019	Var %
Industrial	18.612.418	17.723.153	5,02
Comercial	1.299.871	1.319.934	(1,52)
Rural	31.835	17.226	84,81
Concessionárias	315.142	341.427	(7,70)
<b>Total de energia transportada</b>	<b>20.259.266</b>	<b>19.401.740</b>	<b>4,42</b>

### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2020, foi reconhecida uma receita no montante de R\$455 milhões, em comparação ao montante de R\$58 milhões reconhecidos em 2019. Este aumento na constituição de receitas de CVA em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente aos aumentos nos custos com compra de energia de Itaipu, indexada ao dólar, e de transmissão em percentuais superiores aos valores que foram reconhecidos na tarifa.

### Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$279 milhões no exercício de 2020, comparados a R\$352 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 20,74%. As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$201 milhões em 2020, comparados a R\$312 milhões em 2019 (reapresentado), uma redução de 35,58%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão em 2020, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços. Por outro lado, houve aumento de 33,54% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$438 milhões e R\$328 milhões (reapresentado) em 2020 e 2019, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados ao contrato 006/1997, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020.

A revisão tarifária realizada em junho de 2020, para o contrato 006/1997, resultou no reconhecimento de receita de R\$529 milhões, sendo R\$322 milhões para os ativos de RBNI e R\$207 milhões para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória. Em dezembro de 2020, o contrato 079/2020 também foi submetido à revisão periódica tarifária, que resultou no reconhecimento de receita de R\$23 milhões (R\$22 líquidos de PIS/Pasep e Cofins). As receitas resultantes das revisões tarifárias periódicas representam, principalmente, a variação da taxa de remuneração regulatória para a atividade de transmissão e a remensuração ao Valor Novo de Reposição – VNR da base de remuneração regulatória - BRR.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pelo reajuste da RAP anual, ocorrido em julho de 2020, e que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

#### Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$154 milhões em 2020 comparados a R\$432 milhões em 2019, representando uma redução de 64,35%. Essa redução se deve, principalmente, a redução do GSF, com a piora nas condições hidrológicas em 2020.

Redução de 22,07% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$176,98/MWh em 2020, comparado a R\$227,10/MWh em 2019.

#### Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$234 milhões em 2020, referentes a ofertas de energia realizadas no final de 2019 pela Cemig D. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

#### Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$2.011 milhões em 2020 comparada a R\$2.298 milhões em 2019, representando uma redução de 12,49%. Esta variação decorre basicamente da redução de 16,28% no volume de gás vendido, sendo de 945.727m<sup>3</sup> em 2020, comparado a 1.129.653m<sup>3</sup> em 2019, sob influência, principalmente, dos segmentos termelétrico e industrial, que apresentaram redução de 51,31% e 3,32%, respectivamente. O efeito da redução no volume do gás vendido foi parcialmente compensado pela redução do custo médio do gás e pelo aumento da margem.

#### Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição e transmissão foram de R\$1.636 milhões em 2020 comparadas a R\$1.291 milhões em 2019 (reapresentado), apresentando um aumento de 26,72%.

Essa variação decorre, principalmente, da execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos em ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, especialmente vinculados à rede de média e baixa tensão e de subtransmissão. Para os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, esse aumento deveu-se, principalmente, a redução de investimentos em transmissão em 2020, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços.

#### Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS em 2019, no montante de R\$1.428 milhões, resultante do êxito em ação onde a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9 destas demonstrações financeiras.



### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$11.722 milhões em 2020 comparados a R\$12.351 milhões em 2019 (reapresentado), representando uma redução de 5,09%.

#### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas.

Houve uma redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$149 milhões em 2020 em comparação a R\$294 milhões em 2019, um decréscimo de 49,32%.

Esta variação decorre do acionamento da bandeira amarela nos meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, não havendo acionamento de bandeira nos demais meses do ano. A Aneel suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias e fixou bandeira verde em 2020, até o final do ano.

Em 2019, foi acionada bandeira amarela nos meses de maio, julho e outubro (com impacto nos faturamentos de junho, agosto e novembro de 2019, respectivamente), e bandeira vermelha em agosto e setembro de 2019, o que fez com que os encargos do ano ficassem maiores.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:***

#### ***Custos e despesas operacionais***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$21.432 milhões em 2020 comparados a R\$22.475 milhões em 2019, representando uma redução de 4,64%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$142 milhões em 2020 comparada ao montante de R\$263 milhões em 2019. Esta variação decorre basicamente da alteração nos critérios para o cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativo ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2019 e 2020.

### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.265 milhões em 2020, comparada a R\$1.239 milhões em 2019, um crescimento de 2,10%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo, relacionados basicamente a uma priorização de ações e dispêndios pela Cemig D, visando à redução nas interrupções de energia e melhoria da qualidade de atendimento aos seus consumidores:

- Aumento de 9,65% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos da Cemig D, sendo de R\$443 milhões em 2020, comparada a R\$404 milhões em 2019;
- Aumento de 22,95% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$75 milhões em 2020, comparadas a R\$61 milhões em 2019;
- Aumento de 4,35% nas despesas com podas de árvores sendo R\$48 milhões em 2020, comparadas a R\$46 milhões em 2019;
- Aumento de 150,00% nas despesas com inspeção de unidades consumidoras sendo R\$35 milhões em 2020, comparadas a R\$14 milhões em 2019.

### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$12.111 milhões em 2020 comparada a R\$11.286 milhões em 2019, representando um aumento de 7,31%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 39,26% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo de R\$1.990 milhões em 2020, comparadas a R\$1.429 milhões em 2019, justificado, principalmente, pelo aumento de 31,8% do dólar médio nos exercícios comparados (R\$5,23 em 2020 e R\$3,97 em 2019) e pelo aumento no preço em dólar da energia, sendo US\$28,41/KW para o exercício de 2020 comparado a US\$27,71/KW para 2019.
- Aumento de 227,54% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$678 milhões em 2020 comparadas a R\$207 milhões em 2019. Essa variação decorre do aumento do número de instalações geradoras (63.845 em dezembro de 2020, comparada a 31.172 em dezembro de 2019) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.008.589.663 MWh em 2020, comparado a 412.290.475 MWh em 2019);
- Aumento de 10,36% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.334 milhões em 2020, comparado a R\$3.021 milhões em 2019. Esse aumento se deve, basicamente, pelo incremento no volume de energia adquirida;
- Redução de 20,63% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$1.497 milhões, comparados a R\$1.886 milhões em 2019. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa redução decorre, principalmente, da redução de 22,06% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$177,00/MWh em 2020 comparado a R\$227,10/MWh em 2019, aliada à posição credora assumida pela Companhia em todo o exercício de 2020, que, em decorrência da redução do consumo verificada pelo atual contexto de pandemia de Covid-19, se tornou superior à posição assumida em 2019.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.748 milhões em 2020, comparados a R\$1.426 milhões em 2019, representando um aumento de 22,58%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pelo reajuste anual dos encargos de uso da rede básica, normalmente realizado no mês de julho de cada ano, que representou um aumento de aproximadamente 27,4% em 2020, comparado com 2019.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

#### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$423 milhões em 2020, comparadas a R\$2.401 milhões em 2019, reduzindo-se em 82,38%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber da Renova em 2019, no montante de R\$688 milhões, como resultado da avaliação do risco de crédito da investida;
- Variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$46 milhões em 2020 em comparação à constituição líquida de R\$136 milhões em 2019. Esta variação decorre, principalmente, da suspensão dos pedidos relativos às diferenças de base de cálculo do adicional de periculosidade, em função do reconhecimento da repercussão geral sobre o tema 1.046 pelo STF, bem como dos efeitos estimados pela decisão do STF, na qual definiu-se que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral;
- Variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$75 milhões em 2020, em comparação a uma constituição líquida de R\$1.228 milhões em 2019. Esta variação decorre, basicamente, da reavaliação pela Companhia em 2019, com base na opinião de seus assessores jurídicos, da probabilidade de perda das ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade;
- Redução de 38,24% nas perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos, que foram de R\$147 milhões em 2020 em comparação a R\$238 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da reversão em 2020, de R\$210 milhões das perdas, devido ao acordo com o Governo do Estado para compensação das dívidas de energia elétrica com ICMS a pagar pela Companhia.

#### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.276 milhões em 2020 comparada a R\$1.272 milhões em 2019, aumentando em 0,31%.

As principais variações na despesa decorrem dos seguintes efeitos:

- Redução de 6,11% no número médio de empregados, sendo 5.254 no ano de 2020 em comparação a 5.596 no ano de 2019, compensada pelos eventos abaixo descritos;
- Reconhecimento, no primeiro semestre de 2020, dos custos e despesas com o programa de desligamento voluntário, no montante de R\$59 milhões, comparados ao montante de R\$21 milhões no mesmo período de 2019; e

- Reajuste salarial de 2,55%, a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo.

#### Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$1.581 milhões em 2020 comparados a R\$1.200 milhões em 2019, um aumento de 31,75%. Essa variação deveu-se ao maior volume de investimentos em distribuição e transmissão em 2020, em comparação com o ano anterior.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

#### Gás comprado para revenda

No exercício de 2020, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.083 milhões comparada a uma despesa de R\$1.436 milhões em 2019, representando uma redução de 24,58%. Esta variação decorre, basicamente, da redução de 16,28% no volume de gás vendido, sendo de 945.272m<sup>3</sup> em 2020, comparado a 1.129.653m<sup>3</sup> em 2019, sob influência, principalmente, dos segmentos termelétrico e industrial, que apresentaram redução de 51,31% e 3,32%, respectivamente.

#### Obrigações pós-emprego

As obrigações pós-emprego da Companhia e suas controladas aumentaram em 7,35% em 2020 em relação ao exercício de 2019, sendo de R\$438 milhões e R\$408 milhões, respectivamente. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de 2019, que gerou o crescimento dos custos projetados para 2020, impactando nas despesas do exercício.

#### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas em 2020, de R\$357 milhões, em comparação ao resultado positivo de R\$125 milhões, reconhecido em 2019, representando um crescimento de 185,60%, decorrente, principalmente, do aumento de 135,24% no resultado da investida Taesa, que passou de R\$210 milhões em 2019, para R\$494 milhões em 2020. Esse aumento no resultado da Taesa deve-se a maior receita de atualização do ativo financeiro de concessão, considerando que um dos principais indexadores desse ativo, o IGP-M, variou 23,14% em 2020 na comparação com 7,32% em 2019.

#### **Resultado Financeiro Líquido**

A Companhia obteve resultado financeiro líquido negativo em 2020, no montante de R\$905 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido positivo de R\$1.360 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, do seguinte:

- Elevação da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma despesa financeira de R\$1.742 milhões em 2020, em comparação a uma despesa financeira de R\$226 milhões em 2019. Esse aumento decorre principalmente, da valorização do dólar em 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 29%, em comparação a 4% em 2019, com impacto negativo sobre o principal da dívida em moeda estrangeira (*Eurobonds*).
- Crescimento de 28% em 2020 em relação a 2019 dos juros sobre o empréstimo em moeda estrangeira, sendo de R\$850 milhões e R\$664 milhões, respectivamente, refletindo a variação cambial positiva de 29% no dólar durante o exercício (R\$4,03 em 2019 e R\$5,19 em 2020).

- Elevação dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que foi de R\$1.753 milhões em 2020, em comparação a R\$998 milhões em 2019. Essa variação decorre, principalmente, da valorização do dólar futuro, que resultou no aumento do valor justo das opções (*call spread*) e da ponta ativa do “*swap*” dos juros, bem como da redução da curva DI (ponta passiva “*swap*”).
- Atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, reconhecida em 2019, no montante de R\$1.580 milhões. Mais informações na nota explicativa nº 9 destas demonstrações financeiras.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

No exercício de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$936 milhões em relação ao lucro de R\$3.801 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 24,63%. A Companhia apurou, em 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.600 milhões em relação ao lucro de R\$4.570 milhões (reapresentado), antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 35,01%.

### **Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

#### **Resultado do Exercício**

A Cemig apresentou, no exercício de 2019, um lucro líquido de R\$3.127 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.700 milhões no exercício de 2018, representando um aumento de 83,95%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

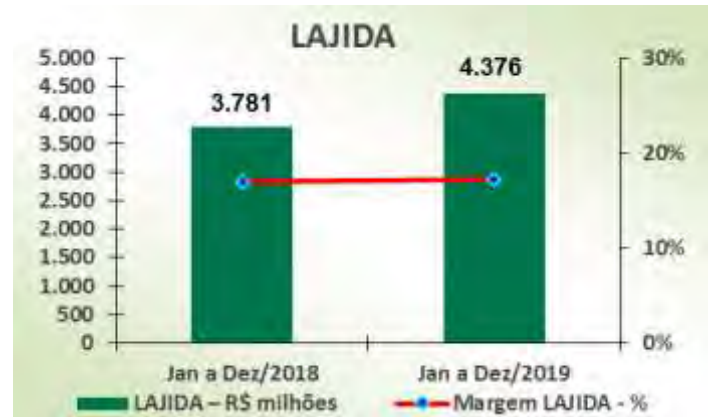
#### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)**

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 15,74% no exercício de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018. A margem do LAJIDA da Companhia não apresentou variação significativa, sendo de 16,98% em 2018 e 17,24% em 2019.

<b>LAJIDA - R\$ mil</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var %</b>
Resultado do exercício atribuível a acionistas controladores	3.127	1.700	83,94
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social *	1.651	728	126,79
+ Resultado financeiro	(1.360)	518	-
+ Depreciação e amortização	958	835	14,73
<b>= LAJIDA</b>	<b>4.376</b>	<b>3.781</b>	<b>15,74</b>

\* A despesa de imposto de renda e contribuição social de 2019 e 2018 inclui, respectivamente, os montantes de R\$85 e R\$129, que estão apresentados pelo líquido no resultado das atividades descontinuadas.

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no exercício de 2019, em comparação ao exercício de 2018, deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.428 milhões, parcialmente compensado pelas provisões para contingências jurídicas referentes às ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de PLR, no montante de R\$1.213 milhões. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial aumentou 239% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação a 2018, devido, principalmente, à redução no resultado negativo apurado pela investida Madeira (37,35%), bem como à ausência dos impactos advindos dos resultados da Renova, uma vez que o investimento da Companhia nesta empresa foi baixado em dezembro de 2018.

Os principais itens que afetaram as receitas no exercício são conforme segue:

#### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$26.928 milhões no exercício de 2019 em comparação a R\$24.872 milhões em 2018, representando um crescimento de 8,27%.

#### **Consumidores Finais**

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$24.052 milhões no exercício de 2019 comparado a R\$21.882 milhões em 2018, representando um crescimento de 9,91%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019; e
- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- Aumento no volume de energia vendida para a classe comercial pela Cemig GT e subsidiárias integrais.

## Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no exercício de 2019, comparativamente as do exercício de 2018.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2019			2018			Variação %	
	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh)(1)	MWh (2)	R\$ (em milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh)(1)	MWh	R\$
Residencial	10.538.342	9.668	917,41	10.266.434	8.658	843,35	2,65	11,67
Industrial	16.024.418	4.760	297,05	17.689.182	4.893	276,60	(9,41)	(2,72)
Comércio, serviços e outros	9.567.336	5.439	568,50	8.380.346	4.683	558,86	14,16	16,13
Rural	3.795.374	2.058	542,24	3.615.402	1.794	496,06	4,98	14,77
Poder público	904.879	654	722,75	871.325	575	659,89	3,85	13,67
Iluminação pública	1.357.293	614	452,37	1.383.878	585	422,91	(1,92)	4,96
Serviço público	1.371.293	725	528,70	1.315.479	646	491,38	4,24	12,14
<b>Subtotal</b>	<b>43.558.935</b>	<b>23.918</b>	<b>549,10</b>	<b>43.522.046</b>	<b>21.834</b>	<b>501,69</b>	<b>0,08</b>	<b>9,54</b>
Consumo Próprio	37.827	-	-	41.244	-	-	(8,28)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	134	-	-	48	-	-	181,35
	<b>43.596.762</b>	<b>24.052</b>	<b>551,69</b>	<b>43.563.290</b>	<b>21.882</b>	<b>501,32</b>	<b>0,08</b>	<b>9,91</b>
Suprimento a outras concessionárias (3)	11.210.112	2.943	262,63	11.991.355	3.002	250,31	(6,52)	(1,92)
Suprimento não faturado líquido	-	(67)	-	-	(12)	-	-	471,73
<b>Total</b>	<b>54.806.874</b>	<b>26.928</b>	<b>491,33</b>	<b>55.554.645</b>	<b>24.872</b>	<b>447,70</b>	<b>(1,35)</b>	<b>8,27</b>

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o aumento de 14,16% na quantidade de energia vendida para os consumidores da classe comercial. O comportamento positivo dessa classe está associado ao crescimento de 0,5% no volume de energia faturada aos consumidores cativos da Cemig D e de 36,5% no volume de energia faturada pela Cemig GT e subsidiárias integrais aos clientes livres, em Minas Gerais e em outros estados do Brasil.

Adicionalmente, o consumo residencial apresentou um acréscimo de 2,65% no exercício de 2019 frente ao exercício de 2018. O aumento do consumo nas residências decorre, principalmente, da incorporação de 149.331 unidades consumidoras.



Em contrapartida, verificou-se a redução de 9,41% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial. Este resultado é a composição da redução de 7,9% no segmento cativo, devido, principalmente, à migração de clientes para o mercado livre, e da redução de 9,7% no mercado livre. No mercado livre, a redução se deve ao término de contratos de venda de energia.

#### Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.722 milhões, comparada a R\$2.045 milhões em 2018, representando um aumento de 33,11%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019), com impacto de aproximadamente 65,60% e do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 28 de maio de 2019, com impacto médio de 17,28% para os clientes livres.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, que incluem a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No exercício de 2019, reconheceu-se como receita o montante de R\$58 milhões, a ser repassado à Companhia, em comparação ao reconhecimento do montante de R\$1.973 milhões em 2018, uma redução de 97,06%. A variação resulta, essencialmente, da natureza gráfica da conta de CVA, que pode assumir posição de despesa ou receita, a depender da oscilação dos custos não gerenciáveis incorridos no período em relação àqueles homologados pelo órgão regulador para composição da tarifa.

Essa variação deve-se, principalmente, aos menores custos com energia em 2019, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia ao risco hidrológico, em relação a 2018, aliada à redução do PLD médio, comparado ao ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser repassado à Companhia por meio do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras de 2019.

#### Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$504 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$411 milhões em 2018, representando um crescimento de 22,63%. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53%,



incluindo a parcela referente aos novos investimentos, e 14,60%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a receita da transmissão é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo aquele vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 53,51% em 2019, em comparação a 2018.

#### Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$155 milhões no exercício de 2019, comparado a R\$250 milhões em 2018, representando uma redução de 38,00%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do exercício, são excluídos da base de remuneração, reduzindo a atualização e a remuneração do saldo remanescente.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, teve um incremento de 14,32%. Além disso, a Aneel acatou o recurso à REH 2408/2018 interposto pela Cemig reconhecendo o erro material no cálculo do custo anual dos ativos elétricos da RBSE, elevando o incremento para 23,93%. Este reajuste implica aumento do montante da indenização a ser recebido durante o ciclo tarifário, reduzindo o saldo remanescente da indenização, e, conseqüentemente, a remuneração incidente sobre este saldo.

Outro fator que contribuiu para a variação negativa da receita de construção no exercício de 2019 em relação a 2018 foi a realização de ajustes positivos no segundo trimestre de 2018, para compatibilização do recebível à metodologia de cálculo estabelecida pela Aneel. Mais informações na nota explicativa nº 16 – Ativos Financeiros da Concessão das Demonstrações Financeiras de 2019.

#### Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$432 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$217 milhões em 2018, representando um crescimento de 99,08%. Esta variação decorre, principalmente, da obtenção de maior sobra de energia em 2019 pela Cemig GT, que foi valorizada pelos Preços de Liquidação de Diferenças – PLDs definidos mensalmente. Apesar da variação do PLD médio anual de 2018 e 2019 não ser relevante, as sobras de energia ocorreram em 2019 em meses que apresentam PLDs elevados, aumentando a receita na CCEE nestes meses e a receita esperada no ano.

#### Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$2.298 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$1.995 milhões em 2018, representando um crescimento de 15,17%. Esta variação decorre basicamente do aumento do repasse dos custos do gás adquirido da Petrobrás e do reajuste de 6,74% (IGPM) em 2019.

### Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$1.200 milhões no exercício de 2019 comparadas a R\$897 milhões em 2018, apresentando um aumento de 33,78%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

### Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$1.428 milhões, resultam do êxito em ação onde a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras de 2019.

### Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$1.723 milhões no exercício de 2019 em comparação a R\$1.584 milhões em 2018, representando um aumento de 8,77%. O montante mais representativo deste grupo corresponde aos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras de 2019.

### ***Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$12.336 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$12.312 milhões em 2018, representando um aumento de 0,19%.

### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.448 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$2.603 milhões em 2018, representando um redução de 5,95%.

Em relação a esse encargo, destaca-se o incremento de 40% na TUST-CDE vigente a partir de janeiro de 2019, devido ao crescimento da quota anual de 2019 em relação a 2018, que incorporou o aumento médio de 14% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh) e o repasse da revisão do orçamento de 2018.

Para a Cemig D, os encargos referentes à CDE foram de R\$2.213 milhões em 2019, comparados a R\$2.450 milhões em 2018, representando uma redução de 9,67%. Esta redução é justificada pela antecipação da quitação do saldo devedor da conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) em setembro de 2019 e pelo encerramento do recolhimento das quotas de CDE - Energia em março de 2019.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve uma redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$294 milhões em 2019 em comparação a R\$654 milhões em 2018, uma variação de (55,05%).

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Esta variação decorre, principalmente, do acionamento de bandeiras menos onerosas aos consumidores em 2019 em relação a 2018, consequência do melhor regime hidrológico deste ano. Em 2019, operou-se com bandeira vermelha patamar 1 em três meses, enquanto em 2018 operou-se um mês com bandeira vermelha patamar 1 e cinco meses com bandeira vermelha patamar 2.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$22.479 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$19.420 milhões em 2018, representando um aumento de 15,75%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras de 2019.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### *Participação de empregados e administradores no resultado*

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$263 milhões no exercício de 2019 comparada ao montante de R\$77 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.239 milhões em 2019, comparada a R\$1.087 milhões em 2018, um crescimento de 13,98%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo, relacionados basicamente a uma priorização de ações e dispêndios pela Cemig D, visando à redução nas interrupções de energia e melhoria da qualidade de atendimento aos seus consumidores:

- Aumento de 23,55% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos da Cemig D, sendo de R\$362 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$293 milhões no exercício de 2018;
- Aumento de 54,05% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$57 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$37 milhões no exercício de 2018;

- Aumento de 64,29% nas despesas com podas de árvores sendo R\$46 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$28 milhões no exercício de 2018.

#### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.286 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$11.084 milhões em 2018, representando um aumento de 1,82%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de 18,58% nas despesas com compra de energia de curto prazo da Cemig D, sendo de R\$1.774 milhões comparados a R\$1.496 milhões em 2018. A variação decorre, principalmente, da redução de 64,91% na quantidade de energia liquidada na CCEE (652.539 MWh em 2019 e 1.859.448 MWh em 2018).

Adicionalmente, houve redução de 10,13% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, pela Cemig D, sendo de R\$3.053 milhões no exercício de 2019, comparado a R\$3.397 milhões no exercício de 2018. Essa redução decorre da substituição, em 2019, de contratos com preços mais altos por outros menos onerosos. Outro efeito relevante também relacionado à Cemig D, deve-se ao aumento de 8,17% nas despesas com energia adquirida por meio de contratos por cotas de garantia física, que foram de R\$755 milhões em 2019, comparado a R\$698 milhões em 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12,02% no preço médio de MWh (R\$101,67 em 2019 e R\$90,76 em 2018).

Este é um custo não gerenciável para a Cemig D, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 30 e 37 das Demonstrações Financeiras de 2019.

#### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.426 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$1.479 milhões em 2018. Esses encargos são devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela Aneel.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### *ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

#### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$2.401 milhões no exercício de 2019, comparadas a R\$467 milhões em 2018, aumentando em 414,13%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber da Renova, no montante de R\$688 milhões, como resultado da avaliação do risco de crédito da investida.
- Variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$136 milhões no exercício de 2019 em comparação à constituição líquida de R\$42 milhões em 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações ou reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, mediante decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação

do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras de 2019.

- Variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$1.228 milhões no exercício de 2019, em comparação à reversão de R\$5 milhões em 2018. Esta variação decorre, basicamente, da reavaliação pela Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, da probabilidade de perda das ações que discutem a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras de 2019.

### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.272 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$1.410 milhões em 2018, reduzindo em 9,79%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 10% no número médio de empregados no exercício de 2019, em relação a 2018, sendo de 5.796 e 6.430, respectivamente.

### Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$1.200 milhões no exercício de 2019 comparados a R\$897 milhões em 2018, um aumento de 33,78%. São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão. A maior variação foi observada na atividade de transmissão, que apresentou aumento de 130% em 2019, no valor absoluto de R\$125 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da entrada em execução, em 2019, da maioria dos projetos do Programa de Investimento vigente, frente ao menor desembolso em 2018, quando os empreendimentos estavam em fases iniciais.

### Gás comprado para revenda

No exercício de 2019 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.436 milhões comparada a uma despesa de R\$1.238 milhões em 2018, representando um aumento de 15,99%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento médio de 23,9% no preço do gás comprado da Petrobrás.

### Obrigações pós-emprego

As obrigações pós-emprego da Companhia e suas controladas aumentaram em 21,07% no exercício de 2019 em relação ao exercício de 2018, sendo de R\$408 milhões e R\$337 milhões, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, devido à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018.

### ***Resultado de Equivalência Patrimonial***

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas em 2019, de R\$125 milhões, em comparação à perda de R\$104 milhões, reconhecida em 2018.

As perdas reconhecidas em 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Madeira Energia. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova em 2019, já que este foi baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Madeira Energia sofreu uma redução de 37,35% no exercício de 2019, em relação a 2018.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras de 2019.

### **Resultado Financeiro Líquido**

A Companhia obteve resultado financeiro líquido positivo no exercício de 2019, no montante de R\$1.360 milhões, comparado a uma despesa financeira líquida de R\$518 milhões em 2018. Esse aumento decorre, principalmente, do seguinte:

- Elevação dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao *Eurobonds*, que alcançou o montante de R\$998 milhões no exercício de 2019, em comparação a R\$893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para o decréscimo da ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI). O aumento no valor justo da opção (call spread) também contribuiu para o ganho nas operações de hedge;
- Atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.580. Mais informações na nota explicativa nº 10;
- Redução da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma despesa financeira de R\$226 milhões no exercício de 2019, em comparação a uma despesa financeira de R\$582 milhões em 2018. Essa redução decorre da queda da variação da taxa de câmbio vigente no período, que foi de 4,02%, frente à variação de 17,03% em 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 31 d das Demonstrações Financeiras de 2019.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

No exercício de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.566 milhões em relação ao LAIR (lucro antes dos tributos incidentes sobre o lucro) de R\$4.469 milhões, excluindo o resultado de operações descontinuadas, representando uma alíquota efetiva de 35,04%. A Companhia apurou, em 2018, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$599 milhões em relação ao LAIR de R\$1.977 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 30,30%.

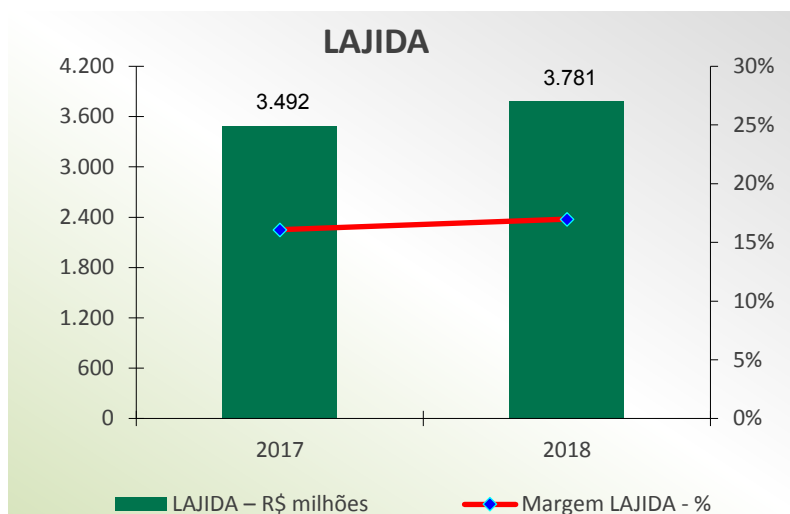
Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras de 2019.

## Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2018, um lucro líquido de R\$1.700 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.001 milhões no exercício de 2017, representando um aumento de 69,83%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)



LAJIDA - R\$ mil	2018	2017	Var %
Resultado do exercício	1.700	1.001	69,83
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	728	644	13,04
+ Resultado financeiro	518	997	(48,04)
+ Depreciação e amortização	835	850	(1,76)
<b>= LAJIDA</b>	<b>3.781</b>	<b>3.492</b>	<b>8,28</b>

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou um aumento de 8,28% no LAJIDA. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 16,09% em 2017 para 16,98% em 2018.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

#### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$24.872 milhões em 2018 em comparação a R\$23.701 milhões em 2017, representando um crescimento de 4,94%.

#### **Consumidores Finais**

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$21.882 milhões em 2018 comparado a R\$20.438 milhões em 2017, representado crescimento de 7,07%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- Reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- Aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$654 milhões em 2018, em comparação a R\$454 milhões em 2017. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2018, de encargos adicionais relacionados às bandeiras; e,
- Crescimento de 2,50% no volume de energia vendida para consumidores finais.

### ***Evolução do Mercado***

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no exercício de 2018, comparativamente ao exercício de 2017:

	MWh (1)		
	31/12/2018	31/12/2017	Var %
Residencial	10.266.434	10.008.423	2,58
Industrial	17.689.182	17.760.807	(0,40)
Comércio, Serviços e Outros	8.380.346	7.507.310	11,63
Rural	3.615.402	3.651.472	(0,99)
Poder Público	871.325	865.803	0,64
Iluminação Pública	1.383.878	1.366.938	1,24
Serviço Público	1.315.479	1.301.135	1,10
<b>Subtotal</b>	<b>43.522.046</b>	<b>42.461.888</b>	<b>2,50</b>
Consumo Próprio	41.244	37.477	10,05
	<b>43.563.290</b>	<b>42.499.365</b>	<b>2,50</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	11.991.355	12.777.405	(6,15)
<b>Total</b>	<b>55.554.645</b>	<b>55.276.770</b>	<b>0,50</b>

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o crescimento de 11,63% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial principalmente, em função da inclusão de novos clientes na carteira da Cemig GT.

Verifica-se, ainda, crescimento de 2,58% na quantidade de energia vendida para o setor residencial principalmente em função da incorporação de novas unidades consumidoras na Cemig D.



Em contrapartida, verificou-se a redução de 0,40% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função da não retomada do crescimento da atividade do setor industrial aos níveis esperados para o ano.

#### Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.045 milhões, comparada a R\$1.611 milhões em 2017, o que representou aumento de 26,94%, principalmente em função dos eventos abaixo:

- Redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual da Cemig D de 2017, aplicada a partir de 28 de maio de 2017 (feito integral em 2018);
- Reajuste de aproximadamente 36% da TUSD, ocorrido no reajuste tarifário anual da Cemig D de 2018, aplicado a partir de 28 de maio de 2018;
- Crescimento de aproximadamente 8,18% na demanda contratada; e
- Aumento de aproximadamente 14,29% no número de instalações de CUSD faturadas.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$1.973 milhões em 2018, em comparação a um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário. Vide mais informações na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 2018.

#### Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão, na Cemig GT, foi de R\$250 milhões em 2018 comparado ao valor de R\$373 milhões em 2017. Em 2017 foi registrado, na Cemig GT, o montante de R\$149 milhões, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Mais informações na nota explicativa nº 15 – Ativos Financeiros da Concessão das Demonstrações Financeiras de 2018.

#### Receita de indenização da geração

Em 2018 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$55 milhões (R\$272 milhões em 2017) referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras de 2018.

### Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$217 milhões em 2018 comparados a R\$860 milhões em 2017, redução de 74,77%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, sendo que, no primeiro trimestre de 2017, a Companhia reconheceu receitas referentes à energia disponível de Jaguará e Miranda.

### Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.995 milhões em 2018 comparada a R\$1.759 milhões em 2017, crescimento de 13,42%. Esta variação decorre basicamente do aumento no custo do gás, repassado ao consumidor tendo em vista que houve uma redução de 16,26% no volume de gás vendido (1.104.745 m<sup>3</sup> no em 2018 comparados a 1.319.242 m<sup>3</sup> em 2017). O custo do gás foi significativamente afetado pela variação cambial em 2018.

### Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$898 milhões em 2018 comparadas a R\$1.119 milhões em 2017, apresentando uma redução de 19,75%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

### Outras receitas operacionais

As demais receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$2.272 milhões em 2018 em comparação a R\$2.180 milhões em 2017, um aumento de 4,22%. A composição das receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras de 2018.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$12.312 milhões em 2018 comparados a R\$11.151 milhões em 2017, representando um aumento de 10,41%.

### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.603 milhões em 2018 comparados a R\$1.822 milhões em 2017.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas em função da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$654 milhões em 2018, em comparação a R\$454 milhões em 2017, uma variação de 44,05%.

Este resultado decorre do maior acionamento da bandeira vermelha em 2018, na comparação com o ano anterior, em função da redução do nível dos reservatórios e menor expectativa de chuvas.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$19.042 milhões em 2018 comparados a R\$18.817 milhões em 2017, um aumento de 1,20%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras de 2018.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.410 milhões em 2018, comparados a R\$1.627 milhões em 2017, representando uma redução de 13,34%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$66 milhões em 2018 e R\$214 milhões em 2017, representando uma redução de 69,16%;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo.

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.084 milhões em 2018 comparada a R\$10.920 milhões em 2017, representando um aumento de 1,50%. Esta variação se explica, principalmente, pelos seguintes fatos:

- Aumento de 21,36% nas despesas com compra de energia de curto prazo, R\$1.818 milhões em 2018 na comparação com R\$1.498 milhões em 2017 em função principalmente da maior exposição no mercado atacadista pela Cemig D em 2018;
- Aumento de 47,29% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$679 milhões em 2018 comparado a R\$461 milhões em 2017. Esta variação se deve,

basicamente, ao ajuste de 52,98% nas tarifas médias de cotas da Cemig D, sendo R\$92,51/MWh em 2018 e R\$60,47/MWh em 2017;

- Redução de 5,91% nas despesas com energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, sendo R\$3.346 milhões em 2018 comparados a R\$3.556 milhões em 2017. Em 2017 houve maior acionamento das usinas termelétricas, com o consequente aumento dos gastos com combustível dessas usinas, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema;
- Redução de 6,71% nas despesas com energia adquirida em ambiente livre e contratos bilaterais, sendo R\$4.355 milhões em 2018 comparados a R\$4.668 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 5,42% nas despesas da Cemig GT (R\$4.051 milhões em 2018 e R\$4.283 milhões em 2017) em função da queda de 8,99% na quantidade de energia adquirida (22.742.263 MWh em 2018 e 20.690.422 MWh em 2017).

Este é um custo não controlável para a Cemig D, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras de 2018.

#### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.479 milhões em 2018, comparados a R\$1.174 milhões em 2017, representando um aumento de 25,98%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. O aumento nos valores em 2018 deve-se ao aumento dos custos de transmissão relacionados ao pagamento das indenizações de transmissão aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Este é um custo não controlável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$467 milhões em 2018, comparadas a R\$854 milhões em 2017, uma redução de 45,32%. Destaca-se a redução das provisões para contingências trabalhistas que foram de R\$42 milhões em 2018 em comparação a R\$207 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, em função dos seguintes eventos:

- O expressivo valor provisionado em 2017, decorre, principalmente, das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória e entendimento jurisprudencial, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária;
- Em 2018, a nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, levou à reavaliação de perda de diversas ações onde se discute este tema, com a consequente redução dos valores anteriormente provisionados.

- Redução de 54,91% no valor justo nas opções de investimento da RME/LEPSA e SAAG, no montante de R\$156 milhões em 2018 na comparação a R\$346 milhões em 2017. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 32 (Opções de Venda);
- Em contrapartida, ocorreu um crescimento de 6,45% nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$264 milhões em 2018 em comparação às perdas estimadas de R\$248 milhões em 2017. Este crescimento decorre basicamente do aumento na base de cálculo da provisão, considerando o maior faturamento em 2019 decorrente do reajuste tarifário de maio de 2019 da Cemig D, não representando um aumento no percentual da inadimplência em relação ao faturamento.

Mais informações na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras de 2018.

#### Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$897 milhões em 2018 comparados a R\$1.119 milhões em 2017, uma redução de 19,84%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

#### Gás comprado para revenda

Em 2018 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.238 milhões comparada a uma despesa de R\$1.071 milhões em 2017, representando um aumento de 15,59%. Esta variação decorre basicamente do aumento no preço do gás comprado, tendo em vista que houve uma redução de 16,20% na quantidade comprada (1.097.275 m<sup>3</sup> em 2018 comparados a 1.309.459 m<sup>3</sup> em 2017). O preço do gás comprado foi significativamente afetado pela variação cambial em 2018.

#### Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia e suas controladas no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$337 milhões em 2018 em comparação a uma reversão de despesa de R\$229 milhões em 2017.

Este resultado decorre das modificações na apólice do seguro de vida, realizadas em 2017, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$619 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

#### Outras receitas e despesas operacionais

Destaca-se a conclusão, em novembro de 2018, do processo de alienação de ativos incorporados da Cemig Telecom tendo apurado ganho de R\$378 milhões, registrados no resultado de 2018. Mais detalhes na nota explicativa nº 33 das Demonstrações Financeiras de 2018.

### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou perdas de R\$101 milhões em 2018 na comparação à perda de R\$252 milhões em 2017. Esta variação decorre principalmente das perdas verificadas, em 2018, referentes às participações na Renova e Santo Antônio Energia. A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº17 das Demonstrações Financeiras de 2018.

### **Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas**

Em função do descruzamento das participações da Cemig e da Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”), a Cemig reconheceu uma receita de R\$80 milhões referente a diferença entre o valor justo e o valor contábil das participações originalmente detidas nas usinas de Parajuru e Volta do Rio. Vide mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2018.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro no exercício em 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$518 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$997 milhões em 2017. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Reconhecimento, em 2018, de ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada aos *Eurobonds*, no valor de R\$893 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas de R\$32 milhões em 2017. O ajuste a valor justo do hedge tem sido impactado positivamente por uma redução na variação na curva futura esperada para o DI em comparação à variação esperada do dólar norte-americano. O ganho registrado deve ser analisado em conjunto com a despesa de variação cambial dos *Eurobonds*, conforme descrito a seguir neste Relatório;
- Redução de 43,41% da renda de aplicação financeira, sendo R\$116 milhões em 2018 comparado a R\$205 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 6,40% no exercício em 2018 e 9,93% no exercício em 2017;
- Redução de 82,20% das receitas monetárias de depósitos vinculados a litígios, sendo R\$34 milhões em 2018 comparado a R\$191 milhões em 2017. Em 2017, a Cemig GT reconheceu receita de R\$82 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS (mais detalhes na nota explicativa nº 13);
- Reconhecimento, em 2018, de receita no montante R\$56 milhões referentes a encargos de créditos com partes relacionadas. Mais informações na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras;
- Redução de 14,38% dos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$1.256 milhões em 2018 e R\$1.467 milhões em 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, de 6,40% em 2018 em comparação a 9,93% em 2017;
- Aumento de 34,87% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$352 milhões em 2018 comparado a R\$261 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação de débitos com consumidores, com reconhecimento de juros e atualização monetária;
- Aumento de 22,94% das despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos, sendo R\$134 milhões em 2018 comparados a R\$109 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, da maior variação do IPCA, um dos principais indexadores da dívida (3,75% em 2018 e 2,95% em 2017);

- Despesa de variação cambial no valor de R\$579 milhões, em 2018, relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (*Eurobonds*) em dezembro de 2017 e julho de 2018 nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão), respectivamente;
- Aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$62 milhões em 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos em 2018 na comparação com o ano anterior.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras de 2018.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$728 milhões em relação ao lucro de R\$2.304 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 31,59%. Em 2017 a Companhia apurou, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$644 milhões em relação ao lucro de R\$1.646 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 37,80%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d) das Demonstrações Financeiras de 2018.

## 10.3

### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve em 2020, introdução ou alienação de segmento operacional

### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

**A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2020:**

#### *Alienação de participação e controle da Light*

Em 07 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação da totalidade de suas ações detidas na Light, correspondentes a 68.621.264 ações ordinárias, no âmbito de uma oferta pública que compreendeu a distribuição primária de 68.621.264 de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Light, e a distribuição secundária das ações da Companhia, com esforços restritos de colocação, bem como o não exercício e, conseqüentemente, a renúncia, ao direito de prioridade na subscrição das ações da Oferta Primária.

Em 22 de janeiro de 2021, foi concluída a oferta pública de distribuição de ações de emissão da Light, contemplando a alienação da totalidade das ações de titularidade da Companhia, ao preço de R\$20,00 por ação, totalizando R\$1.372.425 mil.

Como resultado da alienação, em janeiro de 2021 foi reconhecido um ganho de capital antes de tributos no montante de R\$108.550 mil, considerando como custo o valor registrado do ativo mantido para venda na data da alienação. O custo fiscal do investimento foi ajustado para apuração dos tributos, em conformidade à legislação tributária, considerando o valor patrimonial do investimento, somado ao ágio e à mais valia pagos nas aquisições.

<b>Controladora e consolidado</b>	<b>R\$ milhares</b>
Quantidade de ações detidas pela Cemig	68.621.263
Preço de venda da ação em 22/01/2021	20,00
Valor total da venda	1.372.425
Despesas com venda estimadas (0,42%) (1)	(5.764)
<b>Total do valor justo, líquido das despesas com vendas em 22/01/2021</b>	<b>1.366.661</b>
Valor do ativo mantido para venda em 31/12/2020	(1.258.111)
<b>Ganho de capital contábil</b>	<b>108.550</b>
IRPJ e CSLL (2)	(36.907)
<b>Resultado após ajuste de tributos</b>	<b>71.643</b>

(1) As despesas com a venda do investimento incluem os custos com assessoria financeira, contábil e jurídica.

(2) O ajuste da base tributária gerou um efeito positivo de R\$113.090 no resultado de tributos.

#### *Aquisição de participação em sociedades de propósito específico ("SPEs") voltadas para geração de energia solar fotovoltaica*

Em 25 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim) 49% de participação em sete Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") voltadas à geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, totalizando uma potência instalada de 29,45MWp, no montante de R\$54.920 mil. Essa subsidiária integral havia adquirido em 19 de agosto de 2020 e 30 de setembro de 2020, 49% de participação em duas outras SPEs da



mesma natureza, nos valores de de R\$7.856 mil e R\$10.243 mil, respectivamente, com potência instalada total de 11,62MWp.

As aquisições foram concluídas por meio do exercício da opção de compra, pela Cemig SIM, de 49% das ações das Sociedades de Propósito Específico-SPE de propriedade da Mori Energia Holding S.A, conforme estabelecido em Memorando de Entendimentos celebrado em junho de 2019. As condições estabelecidas nos Acordos firmados entre Cemig Sim e Mori Energia para disciplinar a composição da administração e a governança dos Empreendimentos levam a sua qualificação como controlados em conjunto.

O valor justo dos ativos e passivos das investidas na data da transação e outras informações relacionadas encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Empreendimento	Potência DC (MW)	Potência DC (MWp)	Data da aquisição	Valor justo dos ativos líquidos da adquirida – participação Cemig Sim (49%)	Preço de aquisição	Compra vantajosa
Corinto	5	5,28	19/08/2020	9.031	8.606	425
Manga	5	6,34	30/09/2020	11.160	10.243	917
Bonfinópolis	2,5	3,45	25/11/2020	6.206	6.467	(261)
Lagoa Grande	5	7,33	25/11/2020	14.736	12.481	2.255
Lontra	5	6,38	25/11/2020	17.123	14.215	2.908
Mato Verde	2,5	3,23	25/11/2020	5.974	5.405	569
Mirabela	2	2,59	25/11/2020	3.922	4.567	(645)
Porteirinha	2,5	3,23	25/11/2020	5.992	6.051	(59)
Porteirinha II	2,5	3,23	25/11/2020	6.299	5.734	565
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>41,06</b>	<b>--</b>	<b>80.443</b>	<b>73.769</b>	<b>6.674</b>

O excedente da participação da Cemig Sim no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis das investidas sobre o custo do investimento (ganho por compra vantajosa) foi incluído como receita na determinação da participação do investidor nos resultados da investida no período da aquisição, sendo reconhecidos os passivos fiscais diferidos correspondentes.

#### **A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2019:**

Em 17 de julho de 2019, a Light S.A. encerrou a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas, pela Light S.A., (i) 100.000.000 de novas Ações (“Oferta Primária”), com o conseqüente aumento de seu capital social, e (ii) 33.333.333 de Ações de sua emissão e de titularidade da Companhia ao preço por ação de R\$18,75.

Com a liquidação da Oferta Restrita, a participação da Companhia no capital social total da Light S.A. foi reduzida de 49,99%, para 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, conseqüentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, em conformidade ao IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, a investida deixou de se enquadrar no conceito de controlada, passando a não mais ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, o investimento nesta empresa permaneceu classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

#### **A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2018:**

Em 31 de março de 2018, foi concluída a incorporação da CEMIG Telecomunicações S.A. – CEMIG Telecom pela CEMIG, que neste ato passou a ser titular de todos os contratos, ativos e passivos detidos pela CEMIG Telecom. A Cemig assumiu, inclusive, seus empregados, bem como a participação detida na Ativas Data Center, correspondente a 19,6% do capital social total daquela empresa.

Em 1º de novembro de 2018, a CEMIG concluiu as operações de alienação de Ativos de Telecomunicações previstas no procedimento licitatório nº 500-Y12121. O valor auferido pela CEMIG nestas operações totalizou R\$654.461.305,42 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e cinco reais e quarenta e dois centavos), tendo sido: (i) R\$575.906.163,74 (quinhentos e setenta e cinco milhões, novecentos e seis mil, cento e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), recebido da American Tower do Brasil – Comunicação Multimídia Ltda., anteriormente denominada American Tower do Brasil – Internet das Coisas Ltda., vencedora do Lote 1 do referido procedimento licitatório; e (ii) R\$78.555.141,68 (setenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), recebido da Algar Soluções em TIC S.A., vencedora do Lote 2 do mesmo procedimento licitatório.

Em 26 de novembro de 2018, a Comissão de Alienação do Leilão Eletrobras nº 01/2018 informou que a Diretoria Executiva da Eletrobrás deliberou, em sua unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a homologação do objeto do Leilão referente ao Lote M para a acionista externa Taesa, na qualidade de Acionista Externa que optou por exercer seu direito de preferência, na forma dos acordos de acionistas das SPEs (“Transmineiras”), sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobras. Em 14 de janeiro de 2019, a Diretoria Executiva da Eletrobras deliberou, em sua unanimidade, sem quaisquer ressalvas (i) a homologação do objeto do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao lote L (Brasnorte), da participação societária detida pela Eletrobras de 49,71% na Brasnorte Transmissora de Energia S.A. para a acionista externa e proponente vencedora Taesa, que optou por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionista da Brasnorte, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobras; (ii) a homologação do objeto do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao lote N (ETAU), da participação societária detida pela Eletrobras de 27,4162% na Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU, para as acionistas externas Taesa e DME Energética S.A. - DMEE, na proporção de 23,0355% e 4,3807%, respectivamente, que optaram por exercer seu direito de preferência, na

forma do acordo de acionista da ETAU, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobras; e (iii) a homologação do objeto do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao lote P (Centroeste), da participação societária detida pela Eletrobras de 49,00% na Centroeste para a acionista externa Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que optou por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionista da Centroeste, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobras.

Em 27 de novembro de 2018, Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), integrante do bloco de controle da Light S.A. ("Light"), alienou 4.350 mil ações, que representam 2,13% do capital social da Light, pelo valor total de R\$64,5 milhões.

Em 30 de novembro de 2018, a CEMIG adquiriu a totalidade das ações ordinárias de emissão da RME, detidas pelo BB-Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pelo valor de R\$659,4 milhões e quitou todos os compromissos com os referidos acionistas em relação à opção de venda.

Em 14 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a transferência para a CEMIG GT, das seguintes subsidiárias integrais de geração e comercialização: Sá Carvalho S.A., Horizontes Energia S.A., Rosal Energia S.A., Cemig PCH S.A., Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., Usina Termelétrica do Barreiro S.A., Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. e Cemig Trading S.A.

Em 17 de dezembro de 2018, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") celebrou Contrato de Compra e Venda de Participações e Outras Avenças com Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milhão ("FIP"), tendo como objeto a aquisição, pela Taesa, de 100% das ações representativas do capital total e votante da São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT") e da São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT"), e de 51% das ações representativas do capital total e votante da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. ("TMT") e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ("VSB").

Em 20 de dezembro de 2018, foi celebrado o Termo de Conclusão do Descruzamento de Ativos e Outras Avenças, por meio do qual efetivou-se o descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela CEMIG GT e pela Energimp S.A. ("Energimp") nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru"), Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio") e Central Eólica Praia de Morgado S.A. ("Morgado"), bem como a extinção da parceria societária entre as Partes.

Em 20 de dezembro de 2018, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 12 referente ao Leilão de Transmissão nº 004/2018, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

### **(c) Eventos ou operações não usuais:**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

## 10.4

### (a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

#### **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020**

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

##### CPC 15 (R1)/IFRS 03

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

##### CPC 26 (R1)/IAS 1 e IAS 8

Alteram a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

##### CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”

As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

##### CPC 06(R2)/IFRS 16

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

##### Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - *Conceptual Framework for Financial Reporting*

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver

políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

## **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019**

### CPC 06 (R2)/IFRS 16– Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

### IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

## **Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019**

### IAS 28/CPC 18

Aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial.

### IAS 12/CPC 32

Estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimento dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações.

### IAS 19/CPC 33

Altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das demais alterações realizadas em 2019.

## **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

### IFRS 15/CPC 47 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

### IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas

características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado.

#### Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47/IFRS 15; (ii) Edição do CPC 48/IFRS 9; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10/IFRS 2; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28/IAS 40; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

### **(b) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis**

#### **2020**

As alterações incorridas para este ano não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### **2019**

*CPC 06 (R2)/IFRS 16– Arrendamento mercantil:* A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Ativo - Direito de uso	342.450	19.844
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)	(19.844)

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 R2 nos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2019 e nas demonstrações de resultados individual e consolidada para o exercício findo naquela data:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16/CPC 06 R2	31/12/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06 R2	31/12/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16/CPC 06 R2	31/12/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06 R2
<b>Ativo circulante</b>	<b>10.361.844</b>		<b>10.361.844</b>	<b>3.475.327</b>		<b>3.475.327</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>39.284.839</b>	<b>280.369</b>	<b>39.565.208</b>	<b>14.273.517</b>	<b>3.381</b>	<b>14.276.898</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.765.187	3.545	1.768.732	680.680	51	680.731
Direito de uso – Arrendamento	-	276.824	276.824	-	3.330	3.330
Outros ativos não circulantes	37.519.652	-	37.519.652	13.592.837	-	13.592.837
<b>Passivo circulante</b>	<b>8.662.054</b>	<b>85.000</b>	<b>8.747.054</b>	<b>1.733.231</b>	<b>1.646</b>	<b>1.734.877</b>
Passivo de arrendamentos	-	85.000	85.000	-	1.646	1.646
Outros passivos circulantes	8.662.054		8.662.054	1.733.231		1.733.231
<b>Passivo não circulante</b>	<b>25.920.989</b>	<b>202.747</b>	<b>26.123.736</b>	<b>963.503</b>	<b>1.833</b>	<b>965.336</b>
Passivo de arrendamentos	-	202.747	202.747	-	1.833	1.833
Outros passivos não circulantes	25.920.989		25.920.989	963.503		963.503
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15.063.640</b>	<b>(7.378)</b>	<b>15.056.262</b>	<b>15.052.110</b>	<b>(98)</b>	<b>15.052.012</b>

Demonstração do Resultado do Exercício	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16/CPC 06 R2	31/12/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06 R2	31/12/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16/CPC 06 R2	31/12/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06 R2
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>						
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25.390.306</b>		<b>25.390.306</b>	<b>186.467</b>		<b>186.467</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(22.504.095)</b>	<b>25.084</b>	<b>(22.479.011)</b>	<b>(327.640)</b>	<b>380</b>	<b>(327.260)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	125.351	-	125.351	2.834.411		2.834.411
Dividendos recebidos de investida mantida para venda	72.738	-	72.738	72.738	-	72.738
Resultado financeiro, líquido	1.396.284	(36.007)	1.360.277	246.592	(529)	246.063
Imposto de renda e contribuição social	(1.569.200)	3.545	(1.565.655)	(109.139)	51	(109.088)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>	<b>2.911.384</b>	<b>(7.378)</b>	<b>2.904.006</b>	<b>2.903.429</b>	<b>(98)</b>	<b>2.903.331</b>

*IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:* A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2019, e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.



## 2018

*IFRS 15/CPC 47 – Receita de contratos com clientes:* A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método retrospectivo modificado, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicarão os requerimentos desse pronunciamento ao exercício comparativo apresentado.

*IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros:* Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia (1)	150.114
Ajuste reflexo decorrente da até então investida Light	82.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos (1)	(51.038)
	<b>181.846</b>

(1) Referem-se às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de valores a receber de consumidores da Cemig D.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras (2)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras (2)	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de subsídios tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção baixa renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos financeiros da concessão – infraestrutura de distribuição	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Indenizações a receber – transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a receber – geração	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Bonificação pela outorga – concessões de geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

(1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos;

(2) A Companhia e suas controladas possuem “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS°9/CPC°48;

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

As alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48 impactaram os segmentos de distribuição, geração e transmissão na classificação e mensuração de seus ativos, já que estão sob o alcance da IFRIC 12/ICPC 01. Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato com o cliente, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia e suas controladas, concluíram que possuem contratos com as seguintes obrigações de desempenho identificadas: (i) construir; (ii) operar e manter; e (iii) financiar o poder concedente. No segmento de transmissão, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem um único contrato com cliente (concessão da linha de transmissão), com as mesmas obrigações. Desta forma, com base nas características contratuais, a Companhia e suas controladas classificaram o ativo como contratual uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional bem como de condições futuras decorrentes de procedimentos de revisões tarifárias periódicas, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação sua classificação como ativo financeiro de acordo com a IFRS 9/CPC 48. Com base nas características contratuais, os ativos de distribuição, vinculados à infraestrutura de concessão, ainda em construção, passaram a ser registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados.

Por se tratar de contratos com clientes de longo prazo, a Companhia e suas controladas identificaram que existe componente de financiamento significativo que é considerado para o cálculo do financiamento ao Poder Concedente, conforme mencionado acima.

### **(c) Ressalvas e Ênfases Presentes no Relatório do Auditor:**

#### **Ressalvas:**

Os pareceres dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contém ressalvas.

#### **Ênfases:**

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2020, consta parágrafos de ênfase conforme abaixo:

#### **Reapresentação dos valores correspondentes**

*Conforme mencionado na nota explicativa 2.8, em decorrência dos efeitos de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margem de construção no resultado do exercício, e em decorrência do efeito da mudança na apresentação do ativo de concessão oriundo da Lei nº 12.783/2013 (RBSE) os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.*

#### **Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.**

*Conforme divulgado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores os Planos de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que foram homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo.*

*A controlada em conjunto está apurando os efeitos dos planos de recuperação judicial em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais ainda não foram concluídos. Ainda que os planos de recuperação judicial tenham sido aprovados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2019, consta parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns dos outros acionistas dessas investidas e determinados executivos da Companhia, das investidas e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os julgamentos relevantes e complexidade inerentes a estes processos de investigação.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei nº11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 5.399.391 mil e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia e de suas controladas nessas investidas. Em 2019, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhões Energia S.A. e, conseqüentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos

*dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.*

#### *Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins*

*Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas reconheceram em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$6.069.918 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia e determinadas controladas, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas a excluir, o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.*

*Adicionalmente, baseada na opinião dos seus assessores legais, a Companhia registrou passivo no montante de R\$ 3.037.989 mil, referente a parcela dos créditos que será restituída aos consumidores da controlada Cemig Distribuição S.A.*

*Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada, a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão, assim como pela ausência de precedentes e posicionamento formal do órgão regulador (ANEEL) a respeito do período para determinação do montante e da sistemática de devolução dos créditos levantados aos consumidores do segmento de distribuição.*

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2018, consta parágrafos de ênfase conforme abaixo:

*Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

*Conforme mencionado na nota explicativa 17 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Os órgãos de Governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

*Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.*

*Conforme divulgado na nota explicativa 17 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 17, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

Deve ser mencionado que as ênfases referidas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

## 10.5

A Companhia não possui transações para as quais seria possível a aplicação de políticas contábeis distintas daquelas definidas nas normas contábeis vigentes no Brasil, onde seria necessário o julgamento para a aplicação da política que melhor representasse a essência de determinada transação.

A aplicação das políticas contábeis é afetada pelas estimativas e premissas utilizadas pela Companhia, que são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a sua situação patrimonial e o seu resultado.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

### Instrumentos Financeiros

*Valor justo por meio do resultado* – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto que aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados, do poder concedente.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

*Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread)* - A Cemig GT mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

*Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)* – as opções de venda, na Cemig GT, de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), até a data de exercício das opções.

*Custo amortizado* – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, contas a receber do Estado de Minas Gerais, fundos vinculados,



depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, adiantamento de clientes, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

*Consumidores, Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia e concessionários* – As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Cemig D adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses, considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A RAP remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo. Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (recebíveis), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48 (IFRS 9), após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP. Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas

são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

*Investimentos* - A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com exceção das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjuntos. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

*Combinação de negócios* - Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como ágio pago por expectativa de

rentabilidade futura (*goodwill*) o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item explicitado acima.

### Ativos Vinculados à Concessão

*Atividade de distribuição de energia* – Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

*Atividade de transmissão* – Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e, a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

*Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013* – A parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive a mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da ANEEL.

*Atividade de geração* – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

*Atividade de distribuição de gás* – Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A parcela da infraestrutura da concessão que será integralmente amortizada durante a vigência da concessão é registrada como um Ativo Intangível. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A parcela dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esses ativos são avaliados com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo considerado pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

*Ativos Intangíveis* – Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

*Imobilizado* – São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

*Redução ao valor recuperável* – Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

*Benefícios a Empregados* – Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por

representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

*Benefícios de curto prazo a empregados* – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

**Corrente** – Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

**Diferido** - Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo;
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, na extensão

em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

*Subvenções governamentais* – As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, as controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

*Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas* – A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pelo menor preço entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC°31/ IFRS 05.

São classificados como operações descontinuadas os componentes que foram baixados ou estão classificados como mantidos para venda e representam uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações, bem como aqueles que são parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha

separada de negócios ou área geográfica de operações ou representam uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

*Receita operacional* – De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico, gás e outros, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Cemig reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, de acordo com a regulamentação do setor.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

As receitas de venda de gás são registradas com base no volume de gás comercializado e nas tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.



As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção, correspondentes à obrigação de performance prevista nos contratos relativos à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato, relativa ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A taxa implícita, que varia entre 5% e 15% ao ano, incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que o reconhecimento de eventual contraprestação variável estimada com a PV não resultaria em informação contábil relevante. Assim, para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

*Tributos sobre vendas* – As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

*Receitas e despesas financeiras* – As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

*Distribuição de lucros* – A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

*Informação por segmento* – Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

## 10.6

(a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. Contratos de construção não terminada;
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, dentre outros, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e compra de energia elétrica de Itaipu.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.514.968	1.548.077	1.595.172	1.595.172	1.595.172	33.498.611	41.347.172
Compra de Energia - Leilão	3.416.284	3.387.097	3.378.496	3.536.317	3.327.640	47.855.339	64.901.173
Compra de Energia - Bilaterais	332.339	332.339	332.339	222.118	67.357	79.906	1.366.398
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	288.424	290.699	298.653	301.096	300.273	6.340.033	7.819.178
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	188.834	215.389	218.223	222.040	158.810	521.088	1.524.384
Outros contratos de compra de energia	4.450.127	4.722.807	4.621.676	3.477.948	3.310.220	28.777.230	49.360.008
Cotas de garantias físicas	811.557	811.557	811.557	811.557	811.557	17.042.697	21.100.482
Total	<u>11.002.533</u>	<u>11.307.965</u>	<u>11.256.116</u>	<u>10.166.248</u>	<u>9.571.029</u>	<u>134.114.904</u>	<u>187.418.795</u>

### Opções de venda

Adicionalmente, foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), os Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõem a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton ("BSM").

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$536.155, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	63.693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	53.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

#### **Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda**

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020, sendo que a liquidação deveria ocorrer em até 15 dias contados a partir das manifestações.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo. A administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

#### **Opções de vendas Ativas e Sonda**

A CEMIG (como sucessora da CEMIG Telecom) e a Sonda Procwork Outsourcing Informática são signatárias do Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por CEMIG Telecom) e Venda (emitida por Sonda), por meio

do qual a CEMIG fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra) relativa às ações da coligada Ativas Datacenter S.A. (“Ativas”). O preço de exercício da opção de venda e da opção de compra é equivalente a 15 (quinze) vezes e 17 (dezesete) vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício, respectivamente. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detidas pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2020, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

A data base da avaliação é 31 de dezembro de 2020, mesma data de fechamento das demonstrações financeiras da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício entre 1º de janeiro de 2021 até 31 de março de 2021, sendo essa a primeira oportunidade para exercício da opção, assim se repetindo nos anos subsequentes, no mesmo período, uma vez que a opção confere à CEMIG o direito de exigir a compra, pela Sonda, de sua participação na Ativas, a partir de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis.

### Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da CEMIG GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$1.752.688 (ajuste positivo de R\$997.858 em 31 de dezembro de 2019), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela CEMIG GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 2020	Valor justo 2020	Valor conforme contrato 2019	Valor justo 2019
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.772.477	2.110.490	813.534	1.235.102
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	587.945	838.440	108.532	455.842
					<b>2.360.422</b>	<b>2.948.930</b>	<b>922.066</b>	<b>1.690.944</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>522.579</b>		<b>234.766</b>
<b>Ativo não circulante</b>						<b>2.426.351</b>		<b>1.456.178</b>

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em *Eurobonds*, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em *Eurobonds*, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. O instrumento derivativo contratado pela Companhia possui teto de proteção de R\$ 5,00/dólar para o principal dos *Eurobonds*, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$ 5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A CEMIG GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos *Eurobonds*, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.948.930 (R\$1.690.944 em 31 de dezembro de 2019), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2020, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020 (R\$922.066 em 31 de dezembro de 2019).

A CEMIG GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2021, seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$1.707.842 referente à opção (*call spread*) e R\$1.097.590 referentes ao swap, totalizando R\$2.805.432.

A CEMIG GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/12/2020	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.996.487	6.616.145	5.866.365	5.147.485
Swap ponta passiva	(5.607.778)	(5.518.555)	(5.595.382)	(5.669.279)
Opção/ <i>Call Spread</i>	1.560.221	1.707.842	1.018.860	338.419
<b>Instrumento derivativo de hedge</b>	<b>2.948.930</b>	<b>2.805.432</b>	<b>1.289.843</b>	<b>(183.375)</b>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

## 10.7

### **(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e gás.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social, e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia e gás, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia e gás, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das opções de venda informadas no item 10.6 deste Formulário de Referência, os impactos seriam a aquisição de ativos relacionados às opções de vendas oferecidas aos acionistas.

### **(b) Natureza e o propósito da operação**

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

### **(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.



## 10.8

### (a) Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Além dos investimentos realizados pelas subsidiárias integrais da Companhia, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a **Companhia Energética de Minas Gerais**, deverá investir cerca de **R\$ 294,24 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Atividade	(Valores em R\$ milhões)	2021	2022	2023	Total
<b>Programa Básico (1)</b>		<b>0,53</b>	<b>0,57</b>	<b>0,11</b>	<b>1,21</b>
Companhia Energética de MG		0,53	0,57	0,11	1,21
<b>Aportes (2)</b>		<b>114,19</b>	<b>103,39</b>	<b>75,45</b>	<b>293,03</b>
<b>Total Geral (1) + (2)</b>		<b>114,72</b>	<b>103,96</b>	<b>75,56</b>	<b>294,24</b>

(1) Valores estimados, arredondados, em moeda corrente, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa da CEMIG Holding.

(2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.

(3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.

(4) Os montantes planejados para os anos de 2021, 2022 e 2023 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

#### iii. Desinvestimentos relevantes

Em 2017, a Companhia divulgou seu Programa de Desinvestimentos com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Cemig, por meio da redução acelerada do seu endividamento líquido.

Os critérios levados em conta para priorização foram:

- Ativos com maior liquidez;
- Ativos que não trazem retorno de curto prazo; e

- Ativos não estratégicos e ou com participações pouco relevantes.

Em julho/2017, a Companhia divulgou a atualização do Programa de Desinvestimentos, que totaliza um valor de R\$8.046 milhões, conforme quadro abaixo:

Empresa	Critério			% Part.	Valor <sup>1</sup> Patrimonial R\$ MM	Status
						
 taesa	✓	✗	✗	19%	1.384 <sup>2</sup>	Seleção de corretora e negociações societárias
 TRANSMINEIRA	✓	✗	✓	25%	77	Aguardando aprovação na <u>Taesa</u>
 Santa Antônia	✗	✓	✓	18%	1.278	Negociação do Contrato de Compra e Venda
 RENOVA ENERGIA	✗	✓	✗	-	317	Proposta não vinculante (capitalização primária)
 Light	✓	✗	✓	43%	2.060 <sup>3</sup>	Contratação de assessores
Cachoeirão, Pipoca, Paracambi	✓	✗	✗	49%	127	Negociações societárias
 G4/MIG	✗	✗	✓	49% ON 100% PN	1.202	Elaboração de edital
 CEMIG TELECOM	✗	✗	✓	100%	193	Elaboração de edital
 norte ENERGIA	✗	✓	✓	12%	1.392	Contratação de assessores
Consórcios de Exploração de Gás	✗	✗	✓	24,5%	16	Elaboração de edital

- (1) Valores registrados na contabilidade da companhia, exceto Taesa, Transmineira e Light. Não representam garantia ou expectativa do real valor de venda dos ativos.
- (2) Valor de mercado (BM&F Bovespa) em 06/07/17: R\$21,70/unit
- (3) Valor de mercado (BM&F Bovespa) em 06/07/17: R\$23,28

Em 2018, a Companhia realizou a alienação dos ativos de telecomunicações pelo valor de R\$654 milhões, R\$287 milhões acima do valor estimado. Em julho/2019, a Companhia alienou 33.333.333 de ações da Light, ao preço unitário de R\$18,75, alcançando o montante total de R\$625 milhões e reconhecendo um ganho de capital, líquido de tributos, de 224 milhões.

No quadro abaixo, seguem as operações de desinvestimento concluídas até dezembro de 2020, que resultaram no valor de R\$2.071 milhões, e o andamento das demais operações do Programa de Desinvestimentos:

Empresa	Participação %	Valor R\$ MM	Status
<b>Realizado</b>			
 taesa	9,86%	717 <sup>1</sup>	"Block trade" concluído: Venda de 34 MM de Units, passando a participação da Cemig de 31,54% para 21,68% (nov/2017)
 TRANSNINEIRA	25%	80 <sup>1</sup>	Concluída a transferência para a Taesa (nov/2017), sendo R\$24 MM recebidos como dividendos e R\$54 MM pagos pela Taesa no fechamento.
 CEMIG TELECOM	100%	649 <sup>1</sup>	Venda de ativos via leilão concluída em agosto de 2018.
Consórcios de Exploração de Gás	24,50%	0 <sup>1</sup>	Leilão concluído – em processo de cessão dos contratos.
 Light	10,97% <sup>5</sup>	625 <sup>1</sup>	Alienação, via follow-on, de 33.333.333 ações em 11/07/2019.
<b>Em Andamento</b>			
 RENOVA	-	3 <sup>3</sup>	Não há previsão de saída antes de uma completa reestruturação financeira e operacional da Renova. Plano de Recuperação Judicial protocolado na justiça em 17/12/19.
 Light	22,58% <sup>5</sup>	1.474 <sup>4</sup>	Definição do modelo de venda visando maximizar o valor da participação atual
 SANTARÉM	15,51%	600 <sup>2</sup>	Dificuldade de composição com demais acionistas para venda de controle. Venda de participação minoritária demonstra ser de difícil execução e com poucos players interessados.
 GA/MIG	49% ON 100% PN	1.083 <sup>2</sup>	Estruturação do modelo de venda.
 norteENERGIA	11,69%	1.655 <sup>2</sup>	Dificuldade de composição com demais acionistas para venda de controle. Venda de participação minoritária demonstra ser de difícil execução e com poucos players interessados.
<b>Cachoeirão, Pipoca, Paracambi</b>	49%	131 <sup>2</sup>	Disponível para venda, sem tratativas iniciadas.

(1) Valor efetivo da operação.

(2) Valores registrados na contabilidade da Companhia. Não representam garantia ou expectativa do real valor de venda dos ativos.

(3) Valor referente a antecipação de recebíveis devidos pela Renova.

(4) Valor de mercado (B3) em 17/12/19: R\$21,50/ação.

O Programa de Desinvestimentos da Cemig permanece ativo em 2020, buscando avaliar as alternativas para alienação de participações, com a entrada de recursos que contribuirão para reduzir a alavancagem da Companhia.

## **(b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

### **Investimentos em Geração de Energia Elétrica**

Projeto PCH Poço Fundo: Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

A PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo/MG, faz parte do portfólio da Cemig GT e será transferida para a SPE Cemig Geração Poço Fundo S.A.

No dia 06 de janeiro de 2020, foram iniciadas as obras de ampliação da capacidade de geração da PCH Poço Fundo, ao custo aproximado de R\$150 milhões, com previsão de operação comercial plena em abril de 2022.

### **Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica**

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos nos anos anteriores nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu ampliar o programa plurianual de investimentos para a Cemig GT de R\$1,1 bilhão para R\$1,45 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos, e a mitigação de importantes riscos para a operação do sistema.

Os investimentos em 2020 foram de R\$147 milhões.

### **Investimentos em Distribuição de Energia Elétrica**

Os investimentos em distribuição, no ano de 2020, somaram aproximadamente R\$1.273 milhões.

A Cemig D tem investimentos previstos de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD, no período de 2018 a 2022, no montante de R\$6.393 milhões, objetivando a execução de obras na sua concessão. Considerando a depreciação regulatória, prevista para o mesmo período, de aproximadamente R\$4.200 milhões, esta diferença nos investimentos poderá ter como efeito positivo um aumento na base de remuneração regulatória da Cemig D em 2023 e conseqüente aumento da receita neste período, considerando a compatibilidade dos investimentos, realizados de forma prudente, com o crescimento do mercado, de modo a não afetar a rentabilidade estabelecida na revisão tarifária.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

### **Investimentos em Gás Natural**

Em 19 de setembro de 2019, foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão entre a GASMIG e Poder Concedente onde a concessionária se compromete, no ciclo tarifário 2018-2022, a implantar redes de distribuição de gás natural em 2 novas mesorregiões do Estado de Minas Gerais e a atingir a marca de 100 mil usuários atendidos pela rede de gás canalizado. Sendo assim, a GASMIG planeja, entre os anos de 2020 a 2027, realizar investimentos totais na ordem de 1,9 bilhão de reais, com a construção de aproximadamente 1.500 km em redes de distribuição de gás natural.

A Controlada investiu na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) no estado de Minas Gerais o montante de R\$43,0 milhões para a construção de 35,7 km de extensão de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Vale do Aço, Mantiqueira e Sul de Minas.

Durante o ano de 2020, foram investidos R\$ 2,36 milhões na elaboração de projetos executivos que compõem a carteira de projetos da empresa, assegurando a realização dos futuros investimentos. Foram realizados os projetos executivos para a expansão residencial na cidade de Belo Horizonte, Contagem e Juiz de Fora, bem como os projetos de clientes diversos nas regiões atendidas pela Companhia. Ao longo do ano foram elaborados projetos executivos que totalizam aproximadamente 172,7 km de extensão. Também foram investidos R\$ 385 mil em constituição de servidão e/ou pleno domínio em áreas com Rede de Distribuição de Gás Natural instalada com pendências de regularização documental e indenizatória.

A companhia de gás aprovou duas novas campanhas promocionais de incentivo ao uso do GNV: a “Frota com Bônus GNV”, voltada para locadoras de veículos e frotistas, e a “Com GNV é Melhor”, voltada para pessoas físicas, motoristas de aplicativo e taxistas, visando o crescimento no volume de vendas desse segmento. Estima-se uma redução de 20% na emissão de CO2 em veículos convertidos para o consumo de GNV.

### **(c) Novos produtos e serviços, indicando**

#### **Programa de Pesquisa & Desenvolvimento**

Em 2020 a Cemig D investiu mais de R\$ 19,1 milhões em 41 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Sistema de Gerenciamento de Recursos Energéticos Distribuídos – Sigred;
- Inteligência Artificial Aplicada ao Relacionamento com Clientes;
- Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia em Combinação com Sistemas de Geração Distribuída nas Redes de Distribuição Brasileiras;
- Inteligência Artificial para Operação da Distribuição;
- Detecção de Anomalias no Sistema de Transmissão e Distribuição com uso de VANTs, câmeras, termocâmeras e processamento inteligente de imagens.

Já a Cemig GT executou 22 projetos de P&D, resultando em um investimento de mais de R\$19,8 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Monitoramento Inteligente da Qualidade da Água em Reservatórios Hidrelétricos;
- Geração de eletricidade descentralizada a partir dos gases residuais da carbonização;
- Dispositivo de Notificação em caso de Emergência com Barragens;
- Monitoramento de peixes;
- Tríxel LT, sistema de inspeção de linhas de transmissão.

## 10.9

### Responsabilidade Social

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da CEMIG é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2020 são:

Programa proximidade: Criado pela CEMIG para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas da Empresa, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros em que especialistas fazem palestras objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios, fazer a preparação inicial do Plano de Ação de Emergências (PAE), além de divulgar as ações ambientais da CEMIG conduzidas nos reservatórios das barragens. Outros assuntos como segurança de barragens e convivência segura com o sistema elétrico, também estão entre os temas abordados.

Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, não foram realizados os eventos padrões do Programa Proximidade com as comunidades do entorno. Porém, a bandeira do Proximidade se fez presente nas reuniões virtuais junto às Defesas Cíveis (COMPDECs), na continuidade das tratativas do PAE-Planos de Ação de Emergência das usinas da CEMIG.

Foram realizadas reuniões com Órgãos da Defesa Civil (COMPDECs) de 12 municípios, realizando a entrega oficial (ou atualização) dos PAEs externos de 9 barragens, apresentando os estudos de Propagação das Manchas de Inundação para cenários de ruptura e cheias excepcionais, com indicativos de determinação de pontos de encontro e rotas de fuga. Também foram executadas as oficinas de treinamentos do aplicativo Proximidade, como ferramenta de gestão de riscos, notificação de alertas e ação de cadastros para uso dos COMPDECs.

Programa de subvenção e apadrinhamento: O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Em 2020, 225 instituições receberam aproximadamente R\$60 milhões em doações.

Programa AI6%: O programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2020 do AI6% envolveu a participação de 1.548 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1,2 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 23.600 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 163 instituições. A CEMIG também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R\$890 mil. No total, foram destinados R\$2,1 milhões para entidades distribuídas em 85 municípios da área de influência da Empresa.

Programa de Voluntariado Empresarial: O programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você, tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário dos empregados, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua. O Programa está estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Com esse objetivo a CEMIG vem investindo em projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de risco social.

Diante do isolamento social trazido pela pandemia do Covid-19, a CEMIG, com a premissa de priorizar projetos sem contato físico e aglomerações, reinventou suas ações de voluntariado com o intuito de continuar a contribuir com ações que colaborassem com a redução das desigualdades. Assim começou a adequar seus projetos para ações digitais.

### **Projetos culturais, esportivos e de saúde**

A CEMIG conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

#### Cultura

A CEMIG investiu R\$20 milhões em 50 projetos culturais, com seleção técnica por equipe composta por colaboradores da CEMIG e profissionais de renome das áreas contempladas. Com a pandemia, a cultura foi um dos setores mais impactados precisando reinventar suas atividades. Nesse sentido, a CEMIG fortaleceu a divulgação de projetos de forma virtual, por meio de uma agenda cultural divulgada nas redes sociais e enviada para os veículos de imprensa e rádio. Além da agenda que dava destaque a alguns projetos, todas as semanas a CEMIG foi responsável por mais de mil conteúdos disponibilizados por seus patrocinados nas redes sociais, incluindo visitas virtuais, *lives*, música, cinema e teatro.

#### Saúde

No ano de 2020 a CEMIG investiu R\$9,5 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 64 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

#### Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a CEMIG, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A CEMIG lançou duas chamadas públicas em 2020 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via leis federal ou estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 189 projetos ao

todo (109 do edital federal e 80 do edital específico) e destinamos aproximadamente R\$4 milhões para os projetos mais bem avaliados.

#### Fundo do Idoso

A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida também.

Nesse contexto, a CEMIG busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2020 foram lançados dois editais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 131 projetos (85 do edital federal e 46 do edital específico) e foi destinado aproximadamente R\$1,5 milhão para os projetos mais bem avaliados.



## **Anexo 7**



Edifício Phelps Offices Towers  
Rua Antônio de Albuquerque, 156  
11º andar - Savassi  
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: +55 31 3232-2100  
Fax: +55 31 3232-2106  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG**  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Ênfase**

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Conforme mencionado na nota explicativa 2.8, em decorrência dos efeitos de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margem de construção no resultado do exercício, e em decorrência do efeito da mudança na apresentação do ativo de concessão oriundo da Lei nº 12.783/2013 (RBSE) os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### *Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.*

Conforme divulgado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores os Planos de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, que foram homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo.

A controlada em conjunto está apurando os efeitos dos planos de recuperação judicial em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais ainda não foram concluídos. Ainda que os planos de recuperação judicial tenham sido aprovados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### *Infraestrutura da concessão*

Conforme divulgado nas notas explicativas 14, 15 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis da concessão nos montantes de R\$3.924.641 mil, R\$4.980.072 mil e R\$11.809.928 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão de distribuição é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pelas distribuidoras de energia e gás aos consumidores finais, nos termos dos contratos de concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da administração. Durante o ano de 2020, as controladas reconheceram em seu ativo investimentos na infraestrutura das concessões de distribuição de energia e gás no montante total de R\$ 1.434.823mil.

No caso da geração, o ativo financeiro da concessão está representado pelas bonificações pela outorga das usinas de geração de energia hidrelétricas loteadas em 2016 e pela parcela dos investimentos efetuados pela controlada e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente, no montante de R\$ 816.202 mil.

Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimentos na infraestrutura da concessão e que são passíveis de indenização, impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro das concessões de geração e distribuição.

O reconhecimento do ativo de contrato de concessão e da receita da infraestrutura de transmissão de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), requer o uso de estimativas e julgamentos por parte da administração sobre: (i) o momento que se obtém o controle do ativo, (ii) os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, (iii) as margens esperadas em cada obrigação de performance identificada, (iv) a projeção das receitas esperadas e, (v) a taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos mensuração do intangível, ativo financeiro indenizável e ativos de contrato das concessões um assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia e suas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria, mensuração do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão, incluindo os controles sobre a revisão pela administração das premissas significativas subjacentes à mensuração e contabilização destes ativos; (ii) recálculo do

valor do ativo financeiro da concessão de distribuição e confronto dos inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) envolvimento dos nossos especialistas internos, para avaliação das premissas relevantes utilizadas na modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto utilizada, assim como para revisão das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos de projetos em construção; (v) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da transmissora, por meio de inspeção das notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (vi) avaliação do custo histórico de formação do ativo financeiro da concessão de geração, análise das previsões regulatórias para sua indenização e acompanhamento das consultas públicas e discussões realizadas entre a Companhia e o poder concedente sobre o tema (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de remensuração de um ativo de contrato da concessão de transmissão, sendo este ajuste registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14, 15 e 18, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto*

Conforme divulgado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 5.415.293 mil, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável, e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reavaliar tal provisão. Em 2020, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhões Energia S.A. e, conseqüentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das



estimativas de valor justo utilizadas pela administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela administração para identificação de indicativos de *impairment* dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções



relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.





Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Shirley Nara S. Silva'.

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0

## ANEXO 8

INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 – Artigo 14 – Anexo 14

### AUMENTO DE CAPITAL

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

Aumento do Capital Social proposto será de R\$873.047.335,00 (oitocentos e setenta e três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais), passando de R\$7.593.763.005,00 para R\$8.466.810.340,00, representa um incremento de 11,496899948%, com a emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais.

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O aumento se dará mediante a capitalização de R\$873.047.335,00 (oitocentos e setenta e três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais), provenientes da conta Reserva de Lucros.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

- o Artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76 estabelece que “O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos;
- em 31-12-2020, o valor da conta de Reserva de Lucros da Cemig apresentou um montante acumulado de R\$9.178.364 mil, excedendo o capital social em R\$1.584.601 mil.

Inexistem consequências jurídicas e econômicas decorrentes do aumento de capital.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Não aplicável

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

Aumento do Capital Social proposto será de R\$873.047.335,00 (oitocentos e setenta e três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais), passando de R\$7.593.763.005,00 para R\$8.466.810.340,00, representa um incremento de 11,496899948%, com a emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais.

Não haverá alteração do valor nominal das ações.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não aplicável.

c. Em caso de distribuição de novas ações

i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais.

ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

11,496899948%

iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Todas as ações resultantes da citada bonificação farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações que lhes deram origem, excluindo-se os proventos já deliberados e os constantes nesta Proposta para AGO.

iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de

26 de dezembro de 1995

O custo de aquisição atribuído por ação será de R\$ 5,00 (cinco reais).

v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Os números inteiros de ações nominativas resultantes da soma de frações remanescentes, decorrentes da aludida bonificação, serão vendidos em bolsa e o produto líquido da venda será dividido proporcionalmente aos acionistas na mesma data do pagamento da segunda parcela dos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, ou seja, até 30-12-2021.

d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Os acionistas, que assim o desejarem, poderão transferir as eventuais frações de ações bonificadas para outrem dentro do prazo de 30 dias a partir da data de bonificação.

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

## Anexo 9

### ICVM 481/09 – artigo 11

#### Reforma do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social do Estatuto Social da Companhia

##### **Justificativa:**

Para atendimento à legislação, em função de que, em 31/12/20, a Reserva de Lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, excedeu o Capital Social em R\$1.529.371 mil, deve ser realizado aumento no Capital Social da Companhia, por meio de bonificação em ações, propõem-se a reforma do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social do Estatuto Social da Companhia:

De:

Art. 4º - O Capital Social da Sociedade é R\$7.593.763.005,00 (sete bilhões, quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e três mil e cinco reais), representado por: a) 507.670.289 (quinhentos e sete milhões, seiscentos e setenta mil, duzentos e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma; b) 1.011.082.312 (um bilhão, onze milhões, oitenta e dois mil, trezentos e doze) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma.

Para:

Art. 4º – O Capital Social da Sociedade é R\$8.466.810.340,00 (oito bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e dez mil e trezentos e quarenta reais), representado por: a) 566.036.634 (quinhentos e sessenta e seis milhões, trinta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada uma; b) 1.127.325.434 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada uma.

##### **Impactos econômicos e jurídicos:**

Não há



## Anexo 10

### ICVM 481/09 – Artigo 10 – Candidatos ao Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS	
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente	(majoritário)
Carlos Eduardo Tavares de Castro	(majoritário)
Cledorvino Belini	(majoritário)
José Reinaldo Magalhaes	(majoritário)
Afonso Henriques Moreira Santos	(majoritário)
José João Abdalla Filho	(preferencialista)
Marcelo Gasparino da Silva	(minoritários)
Paulo Cesar de Souza e Silva	(minoritários)
Marco Aurélio Dumont Porto	(representante dos empregados)

12.5	<b>Márcio Luiz Simões Utsch</b>	
a. nome		
b. data nascimento		09/02/1959
c. profissão		Advogado
d. CPF ou passaporte		220.418.776-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		900219
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG desde 25 de março de 2019; Presidente (CEO) Alpargatas S/A de 27 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2018.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro da HapVida; Conselheiro do Martins; Conselheiro da SBF; Advisory Board: Bauducco e Grupo Mantiqueira.	
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p><b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>



12.5	<b>Carlos Eduardo Tavares de Castro</b>	
a. nome		
b. data nascimento		03/03/1974
c. profissão		Engenheiro Civil
d. CPF ou passaporte		963.190.116-53
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Diretor Comercial Corporativo na Saneamento Ambiental Águas do Brasil (SAAB)/Grupo Águas do Brasil de Jan/2015 a jun/2019; Diretor Presidente e Conselheiro de Admisnitração na COPASA MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais, desde jul/2019.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não exerce	
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p><b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>

12.5	<b>Cledorvino Belini</b>	
a. nome		
b. data nascimento		03/05/1949
c. profissão		Administrador
d. CPF ou passaporte		116.050.068-15
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Não
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		900221
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde janeiro/2020; Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de 08 de fevereiro/2019 a janeiro/2020; Presidente de Desenvolvimento da FCA - Fiat Chrysler Automobiles para a América Latina, de novembro/2015 a junho/2017; Conselheiro independente na JBS pelo G15 desde outubro/2017; Conselheiro independente da Odebrecht Holding, desde agosto/2018; Presidente da Fiat Automóveis - FCA para a América Latina, de 2004 a 2015.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Presidente do Minas Pela Paz; Vice-Presidente da FBAC e ACMINAS.	
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários<sup>25</sup>, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p></p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Sim. Fui Presidente da CEMIG.</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>

12.5	<b>Jose Reinaldo Magalhães</b>	
a. nome		
b. data nascimento		06/01/1956
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		227.177.906-59
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		900218
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais desde 25 de março de 2019; Membro do Conselho de Administração da Jereissati Participações S.A. desde abril/2017.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro de Administração - Jereissati Participações S.A. – Setor Shopping Center	
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p><b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>

12.5	<b>Afonso Henriques Moreira Santos</b>
a. nome	
b. data nascimento	01/04/1957
c. profissão	Engenheiro Eletricista
d. CPF ou passaporte	271.628.506-34
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	30/04/2021
g. data da posse	30/04/2021
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Número Pessoal	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Professor (aposentou-se como professor titular) da Universidade Federal de Itajubá de 02/01/1980 a 31/03/2016; Sócio/engenheiro (consultoria e projeto) da iX Estudos e Projetos Ltda. de 30/10/2007 a 30/04/2019; Conselheiro Light S.A/Conselho de Administração de 30 de abril de 2019 a 11 de dezembro de 2019.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum cargo de Administração.
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável

<p><b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p>Sim. Membro do Conselho de Administração da Light S.A./Light S.E.S.A./Light Energia S.A de maio a dezembro de 2019 e Conselheiro de Administração da Cemig de Julho de 2020 até o presente.</p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>



12.5	<b>Marcelo Gasparino Da Silva</b>	
a. nome		
b. data nascimento		13/02/1971
c. profissão		Advogado
d. CPF ou passaporte		807.383.469-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Não
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal	900165	
<b>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</b>	<p>Presidente de Conselho de Administração e membro de Conselhos de Administração e Fiscal, coordenador e membro de comitês de finanças, auditoria, riscos, jurídico, compliance e partes relacionadas em companhias abertas. Advogado Especialista em Administração Tributária Empresarial pela ESAG e MBA em Controladoria, Auditoria e Finanças (cursando). É Presidente do Conselho de Administração da ETERNIT, Conselheiro de Administração da AES ELETROPAULO, CEMIG e KEPLER WEBER, e membro suplente do Conselho Fiscal da PETROBRAS. Foi Presidente do Conselho de Administração da Usiminas e membro dos Conselhos de Administração da Bradespar, Battistella, Celesc, Eletrobras, Tecnisa e SC Gás e Vale, além da própria Usiminas. Foi Conselheiro Fiscal da Bradespar, AES Eletropaulo, AES Tietê, Eletrobras e da Renuka Brasil. É Presidente do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Auditoria da Eletropaulo, e membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos da CEMIG. Foi Coordenador do Comitê Jurídico e Coinpliance da ETERNIT. Foi sócio-fundador e Presidente do Conselho Consultivo do escritório Gasparino, Sachet, Roman, Barros &amp; Marchiori Advogados, onde atuou como advogado até 2006. Iniciou sua carreira executiva como Diretor Jurídico-Institucional da CELESC em 2007. Participa do Programa CEO FGV 2016 (IBE/FGV/IDE). Cursou do Programa Executivo sobre Fusões e Aquisições pela London Business School e de cursos específicos nas áreas financeira e estratégica no IOD - Institute of Directors, em Londres. É co-fundador e Coordenador do Capitulo Santa Catarina, Conselheiro de Administração Certificado e compõe o Banco de Conselheiros do IBGC. É membro da Comissão Técnica da AMEC, com sólida formação em Governança Corporativa e experiência em conselhos de administração e fiscal contribuiu para o IBGC e para a AMEC na construção do Código Brasileiro de Governança Corporativa - CBGC e, a partir do seu lançamento o inseriu como instrumento de trabalho em todas as companhias que está atuando, em especial o modelo "APLIQUE OU EXPLIQUE", sistema que reconhece a prática da governança corporativa é uma jornada e não deve se traduzir em um modelo rígido de regramento aplicável igualmente a todas as companhias. Com passagens em companhias dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia, distribuição de gás natural, mineração, siderúrgico e transformação do aço, portuário, indústria de base, construção civil, materiais e acabamentos da construção civil, distribuição de veículos e holding adquiriu conhecimentos na indústria, no comércio e nos serviços, skills que permitem contribuir construtivamente nas mais diversas matérias e estratégias que são tratadas nos conselhos que participa, tais como turn around, estrutura de</p>	

	capital, merger & acquisitions, venda de ativos non core, reestruturação financeira de companhias em crise, sucessão de executivos, dentre outros. Participou do profundo processo de conscientização da importância da presença de membros independentes eleitos por acionistas minoritários ocorrida nos últimos 7 anos. As falhas de governança corporativa que reinavam nas companhias de controle estatal, somado aos problemas de corrupção que se disseminaram na Petrobras e Eletrobras, dentre outras, afetaram negativamente o mercado de capitais brasileiro, obrigando-nos a repensar as atuais regras de governança e criando regras muito mais rígidas e punições muito mais severas.
<b>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</b>	Presidente do Conselho de Administração da Eternit S.A; Conselheiro de Administração da Vale S.A.; Conselheiro Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. -Petrobrás
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>	
<b>i. qualquer condenação criminal</b>	Não
<b>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</b>	Não
<b>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</b>	Não
<b>12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b>	Não aplicável
<b>12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários</b>	Não aplicável
<b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b>	Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos
<b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b>	
<b>a. administradores do emissor</b>	Não
<b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b>	Não
<b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b>	Não
<b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b>	Não
<b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b>	Não

<b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b>	Sim, Conselheiro de Administração da Gasmig de Junho/2020 a Fevereiro/2021.
<b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b>	Não
<b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b>	Não

12.5	Paulo Cesar de Souza e Silva	
a. nome		
b. data nascimento		08/10/1955
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		032.220.118-77
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Não
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Embraer de outubro/1997 a maio/2019.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p><b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>





## Anexo 11

### ICVM 481/09 – Candidata ao Conselho Fiscal

<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>MEMBROS EFETIVOS</b>	<b>MEMBROS SUPLENTEs</b>
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	<a href="#">Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna</a> (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

12.5	<b>Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna</b>	
a. nome		
b. data nascimento		23/02/1977
c. profissão		Comunicação Social
d. CPF ou passaporte		016.833.347-36
e. cargo eletivo ocupado		Conselheira Fiscal
f. data de eleição		30/04/2021
g. data da posse		30/04/2021
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor		Secretária Estadual de Educação
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais Subsecretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não exerce.	
<b>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</b>		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.	



<p><b>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</b></p>	<p>Não aplicável.</p>
<p><b>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</b></p>	
<p><b>a. administradores do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</b></p>	
<p><b>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>b. controlador direto ou indireto do emissor</b></p>	<p>Não</p>
<p><b>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</b></p>	<p>Não</p>